

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 INDICADORES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO DA OCDE: COMPARAÇÃO BRASIL-OCDE
Autor(es)	Karen Codazzi Pereira Fábio Vêras Soares
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350783cap3

Título do livro	Indicadores Quantitativos da OCDE e o Brasil: reformas estruturais e crescimento inclusivo
Organizador	Renato Baumann
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	1a
ISBN	9786556350783
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350783

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

© Nações Unidas 2024

LC/BR/TS.2024/5

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/> e <https://www.cepal.org/es/publications>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou as dos países que representa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas. Os Estados-membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir este estudo sem autorização prévia. É solicitado, apenas, que mencionem a fonte e informem à CEPAL sobre essa reprodução.

Este estudo foi elaborado no âmbito do Programa Executivo de Cooperação entre a CEPAL e o Ipea.

INDICADORES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO DA OCDE: COMPARAÇÃO BRASIL-OCDE

Karen Codazzi Pereira¹
Fábio Vêras Soares²

1 INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem como prática avaliar indicadores de diversas áreas para análise econômica e política dos países. Entre essas áreas, o crescimento inclusivo tem sido objeto de maior atenção recentemente. Tal enfoque visa analisar o crescimento econômico em conjunto com a distribuição de seus benefícios entre diferentes grupos sociais, de forma a compreender as desigualdades sociais e a inclusão econômica em um país. A abordagem do crescimento inclusivo representa uma tendência crescente na análise econômica global, e a OCDE tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento e disseminação desse conceito.

Existem dois tipos principais de indicadores utilizados pela OCDE: os indicadores primários e os indicadores compostos. Os indicadores primários medem variáveis econômicas e sociais específicas, como o produto interno bruto (PIB) *per capita*, o nível de emprego ou a expectativa de vida. Já os indicadores compostos combinam vários indicadores primários para fornecer uma visão mais abrangente do desempenho de um país em relação a um determinado tema, como governança, inserção no mercado internacional ou meio ambiente.

No caso dos indicadores de crescimento inclusivo, a OCDE não possui um indicador composto que aborde o tema, mas, sim, um conjunto de indicadores primários que são utilizados para medir diferentes aspectos desse tipo de crescimento. Esses indicadores são subdivididos em quatro áreas: crescimento e compartilhamento equitativo dos benefícios do crescimento; mercados inclusivos e funcionais; igualdade de oportunidades e fundamentos da prosperidade futura; e governança. Cada uma

1. Consultora no âmbito do Programa Executivo de Cooperação entre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e doutoranda em administração pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). *E-mail*: karen.pereira.ipc@outlook.com.

2. Diretor de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea); e doutor em economia pela University College London. *E-mail*: fabio.soares@ipea.gov.br.

dessas áreas é composta por diferentes indicadores que permitem avaliar o desempenho dos países em relação a esses temas.

Este estudo³ tem como objetivo apresentar o conceito de crescimento inclusivo da OCDE e os indicadores utilizados pela organização para monitorar esse crescimento em diferentes países. Ademais, discutiremos a metodologia empregada nesses indicadores e sua aplicabilidade à realidade brasileira. Para tal, este texto foi estruturado em sete seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentaremos a definição de crescimento inclusivo da OCDE, bem como outras definições e discussões encontradas na literatura. Na terceira seção, serão apresentados os indicadores de crescimento inclusivo analisados pela OCDE e, na seção seguinte, discutiremos as metodologias empregadas em seus indicadores. Na quinta seção, os dados do Brasil serão apresentados e comparados com os dos demais membros da OCDE, e são estimados alguns indicadores que não aparecem calculados para o Brasil nas estatísticas da OCDE. Por fim, na sexta seção são feitas as considerações finais e, na sétima seção, são listadas recomendações de políticas e para as negociações do Brasil com a OCDE em relação à área de crescimento inclusivo.

2 O CONCEITO DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

2.1 Crescimento inclusivo para a OCDE

Na reunião do Conselho Ministerial da OCDE de 2017, os ministros dos países-membros declararam que o crescimento de um país deve ser forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Eles solicitaram que a OCDE trabalhasse por meio de seus comitês e órgãos relevantes no desenvolvimento de um *framework* para ação política sobre crescimento inclusivo para a reunião do Conselho Ministerial de 2018 e documentasse desigualdades de renda e oportunidades por meio de uma análise abrangente baseada em evidências.

O *framework* da OCDE para ação política sobre crescimento inclusivo tem como objetivo ajudar os governos a sustentar e compartilhar melhor os benefícios do crescimento econômico (OECD, 2018a). Com suporte de um painel de indicadores para monitorar tendências de crescimento e inclusão, o *framework* identifica possíveis respostas políticas que podem melhorar resultados em termos de crescimento inclusivo. O *framework* se baseia em uma variedade de estratégias e projetos da OCDE, como a Estratégia de Empregos, a Estratégia de Habilidades, a Estratégia de Inovação, a Estratégia de Crescimento, o projeto Going Digital e a Estratégia de Crescimento Verde, entre outros. Ademais, não é prescritivo e não propõe uma abordagem única para todos os países, as opções de políticas devem ser orientadas pelo contexto e podem mudar de acordo com as circunstâncias e prioridades dos países.

3. Este estudo contou com o auxílio financeiro da CEPAL para o seu desenvolvimento.

O *framework* tem ainda como objetivo ajudar os países a avaliar suas configurações de políticas em relação à capacidade de promover a igualdade de oportunidades e utilizar o nexo de produtividade-inclusão da OCDE (OECD, 2018a),⁴ além de poder ajudar os governos a considerar questões de equidade *ex ante* em seus desenhos de políticas. As políticas para crescimento e inclusão podem precisar ser construídas por meio de um sistema de governança apropriado que leve em conta o grau de complementaridade entre instrumentos de política em um nível granular, em vez de um nível agregado que possa mascarar essas complementaridades. Em OECD (2018a) são destacados três principais blocos de construção da ação política para sustentar e compartilhar mais equitativamente os ganhos do crescimento econômico:

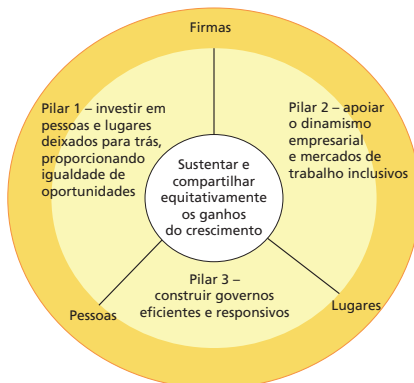
- investimento em pessoas e lugares que ficaram para trás;
- suporte à dinâmica empresarial e mercados de trabalho inclusivos; e
- construção de governos eficientes e responsivos.

O apelo por uma abordagem multidimensional para o crescimento inclusivo decorre do reconhecimento de uma alta heterogeneidade na correlação entre crescimento do PIB *per capita* e padrões de vida multidimensionais. Na raiz dessa heterogeneidade estão fatores estruturais como as políticas fiscais e o papel dos setores público e privado. Isso explica a ênfase que a abordagem da OCDE coloca nas análises de impacto de políticas relacionadas ao crescimento e à distribuição de bem-estar multidimensional e oportunidades que importam para a participação econômica inclusiva.

O *framework* pode ser representado pela figura 1.

FIGURA 1

Framework de ação política sobre crescimento inclusivo da OCDE



Fonte: OECD (2018a).
Elaboração dos autores.

4. O leitor com interesse em ler mais sobre o nexo de produtividade-inclusão da OCDE pode conferir OECD (2018b).

A seguir, são detalhadas as três dinâmicas-chave para o crescimento inclusivo listadas no *framework*.

2.1.1 Investimento em pessoas e lugares que ficaram para trás

Desigualdades podem prejudicar a mobilidade intergeracional, especialmente quando fatores como educação, saúde e mercado de trabalho se combinam. Para combater esses tipos de desigualdades os governos e empresas devem promover a aprendizagem contínua e a aquisição de habilidades ao longo da vida, começando com sistemas de educação e treinamento de alta qualidade desde a primeira infância, de acordo com a OCDE. Ademais, o acesso à educação e a cuidados infantis de qualidade deve ser ampliado, especialmente para famílias desfavorecidas. Acesso e conclusão efetiva da educação devem ser garantidos para aqueles em situação de maior desvantagem.

Os governos devem se concentrar também em políticas de aprendizagem ao longo da vida, focadas em requalificação contínua e adaptação às mudanças tecnológicas. Essas políticas devem ser complementadas com programas de bem-estar social bem projetados que incentivem o trabalho, protegendo indivíduos e famílias de riscos imprevistos. Sistemas de proteção social podem precisar se adaptar à individualização e diversificação do trabalho no futuro.

Aumentar a mobilidade social significa nivelar as oportunidades para os indivíduos, começando na infância e continuando ao longo da vida, reduzindo as barreiras à mobilidade laboral e a discriminação. Isso pode exigir ações em várias áreas: oferecer oportunidades iguais a todas as crianças por meio de políticas de saúde, educação e família; fornecer aos jovens um bom começo no mercado de trabalho; garantir acesso à aprendizagem ao longo da vida, especialmente para aqueles com menos habilidades; promover a mobilidade profissional; ajudar pessoas a voltar ao trabalho quando necessário; oferecer suporte por meio do sistema de impostos e benefícios; e reduzir a segregação espacial, melhorando o suporte habitacional e o transporte.

Mais esforços podem ser necessários para enfraquecer a relação entre origem socioeconômica e resultados de saúde, educação e emprego. Isso pode exigir o foco em intervenções preventivas, como campanhas de prevenção, e em intervenções para garantir que indivíduos vulneráveis possam acessar cuidados de saúde e receber seguro de saúde que atenda às suas necessidades ou tenham acesso ao seguro-desemprego. Isso pode implicar aumentar os gastos com saúde alocados à prevenção de fatores-chave de risco (por exemplo, poluição, acidentes e crime) e grupos populacionais, especialmente crianças. Também podem ser necessárias políticas de habitação e uso da terra para melhorar o acesso à moradia acessível e o desenvolvimento econômico mais amplo em regiões carentes por meio da promoção de infraestrutura de rede.

2.1.2 Suporte à dinâmica empresarial e mercados de trabalho inclusivos

O *framework* destaca igualmente a necessidade de governos e empresas adotarem uma abordagem ampla para impulsionar o crescimento econômico, dando suporte à dinâmica empresarial e do mercado de trabalho para serem mais inclusivos. O relatório da OCDE destaca a criação de condições para que trabalhadores, empreendedores e empresas sejam produtivos e inovadores no mercado. Isso pode envolver aumentar os salários dos trabalhadores de acordo com o aumento da produtividade, reformar os modelos de governança corporativa e fortalecer a parceria social para criar empregos de qualidade e garantir a não discriminação no ambiente de trabalho.

Outro desafio é garantir que a transformação radical dos mercados de trabalho devido à digitalização não deixe os trabalhadores para trás. Isso pode envolver o treinamento em habilidades digitais ao longo da vida, a adaptação de políticas de proteção social, como seguro-saúde e benefícios de desemprego, e a coordenação de políticas de mercado de trabalho e produtivas para melhorar a dinâmica empresarial e aumentar o crescimento da produtividade.

Para impulsionar o crescimento econômico, o relatório da OCDE destaca a necessidade de aumentar a produtividade e a dinâmica empresarial e garantir a difusão de tecnologias para empresas pequenas e iniciantes. Isso pode ser alcançado por meio de políticas regulatórias e estruturais que melhorem o ambiente de negócios, facilitem a realocação de trabalhadores e capital, fortaleçam a concorrência e incentivem empresas e governos a investir em novos modelos de negócios e governança. Além disso, para alcançar mercados de trabalho inclusivos, é necessário implementar políticas adequadas de mercado de trabalho e proteção ao emprego para estimular a mobilidade do trabalho e criar oportunidades de emprego de qualidade para todos.

Por fim, o *framework* destaca a importância de otimizar a gestão de recursos naturais para alcançar um crescimento sustentável. Isso pode incluir investimentos em tecnologias de baixa emissão de carbono, infraestrutura inteligente e limpa e conservação e uso sustentável da biodiversidade e recursos hídricos. Também é importante eliminar os subsídios prejudiciais ao meio ambiente e promover reformas estruturais para apoiar a realocação de recursos.

2.1.3 Construção de governos eficientes e responsivos

O *framework* discute também como os cidadãos e a sociedade em geral podem ter um papel mais forte no desenvolvimento de políticas para o crescimento econômico e inclusivo. Para que isso aconteça, é necessário que eles se sintam ouvidos e que suas contribuições sejam traduzidas em melhorias concretas. É fundamental que governos e empresas sejam responsivos aos cidadãos, fornecendo serviços

confiáveis, aplicando leis e regras contratuais de forma justa e mantendo um alto padrão de integridade.

O relatório ainda destaca a importância da inclusão no processo de elaboração de políticas. Ações coordenadas são necessárias para fortalecer os quadros institucionais visando à inclusão de gênero e diversidade no orçamento, além de outras medidas de governo aberto. Além disso, é necessário proteger o processo de elaboração de políticas do controle de grupos de interesses estreitos e envolver as partes interessadas para fortalecer políticas, padrões e projetos em áreas de interesse público mais amplo.

O uso de dados e tecnologias inteligentes para projetar políticas centradas no cidadão também é destacado no texto. Fornecer aos cidadãos os dados, recursos e informações adequados pode permitir que eles tomem decisões sobre suas próprias vidas e desenvolvimento profissional. É importante avaliar os custos de transação e a responsabilidade das interações entre os cidadãos e o Estado em um contexto marcado por serviços cada vez mais personalizados e pelo uso de mídias sociais.

Por fim, o *framework* enfatiza a indispensabilidade de avaliar a capacidade inclusiva e a responsabilidade das políticas, refletindo as necessidades, preferências e preocupações das partes interessadas, incluindo populações sub-representadas. Além disso, a compreensão e a integração do comportamento, demandas e necessidades dos cidadãos no *design* e implementação de estratégias de serviço público precisam ser aprimoradas à luz da transformação digital e da conduta do governo aberto, assim como devem-se aprimorar os sistemas públicos de compras eletrônicas.

2.2 Outras abordagens para o crescimento inclusivo

O conceito de crescimento inclusivo surge no contexto da discussão na literatura sobre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento pró-pobre. O conceito de crescimento pró-pobre emerge da preocupação em garantir que os processos de crescimento beneficiem as pessoas mais pobres, levando em conta as implicações distributivas desses processos. A ideia central é que o crescimento econômico não é, em si, favorável aos mais pobres, por isso é necessário calibrar os processos de crescimento para que haja um crescimento em favor dessa parcela da população (Kakwani, Khandker e Son, 2004). O debate sobre o tema está relacionado à definição do que é o crescimento pró-pobre e como medi-lo. Basicamente, há duas definições competidoras: uma focaliza a redução da pobreza, considerando crescimento pró-pobre qualquer episódio de crescimento que resulte na diminuição da taxa de pobreza; enquanto a outra se concentra no aumento da renda dos mais pobres em relação à dos mais ricos, exigindo que a renda dos pobres cresça mais do que a dos ricos (Ramos e Ranieri, 2013).

Assim, o conceito de crescimento inclusivo surgiu como um complemento ao conceito de crescimento pró-pobre, que estava focado principalmente na distribuição de renda. O termo inclusivo foi usado para caracterizar episódios de crescimento que tinham impactos positivos em grupos étnicos, de gênero e regiões geográficas diferentes (Klasen, 2010; Ramos e Ranieri, 2013; Rauniyar e Kanbur, 2010). A noção de participação e benefício das pessoas no processo de crescimento também foi enfatizada. No entanto, não há uma definição clara de crescimento inclusivo e o conceito é frequentemente usado de forma intercambiável com o de crescimento pró-pobre, o que dificulta o entendimento e a medição do progresso (Ramos e Ranieri, 2013). Algumas definições de crescimento inclusivo estão restritas à redução da pobreza monetária, enquanto outras incorporam dimensões não relacionadas à renda. Por isso, é importante distinguir crescimento inclusivo de desenvolvimento inclusivo, sendo este último mais abrangente e envolvendo melhorias em dimensões não relacionadas à renda (Ramos e Ranieri, 2013).

Ramos, Ranieri e Lammens (2013) sugeriram medir a inclusão do crescimento econômico. Esse conceito é ligeiramente diferente do utilizado em índices anteriores, uma vez que visa medir o impacto do processo de crescimento em termos de inclusão e omite a quantidade de crescimento alcançado. Seguindo a definição de crescimento inclusivo como um processo que melhora o compartilhamento de benefícios e a participação, apontam-se três indicadores na análise: pobreza de renda, desigualdade (como *proxy* para a dimensão de compartilhamento de benefícios) e razão emprego/população (como *proxy* para a participação). O índice dá destaque à pobreza e à desigualdade, que têm sido consistentemente os indicadores centrais do crescimento pró-pobre e inclusivo, combinando-os com o indicador de emprego para contabilizar a dimensão de participação.

Os indicadores de crescimento inclusivo propostos por Ramos, Ranieri e Lammens (2013) são considerados pela OCDE, que amplia esse conceito incluindo outros indicadores que abrangem múltiplos aspectos do crescimento inclusivo. A OCDE inclui, além destes, outros indicadores que medem a inclusão no mercado de trabalho, distribuição de serviços básicos como educação e saúde e inclusão de gênero. Ademais, a organização aborda questões relacionadas à inclusão política e econômica, bem como a inclusão de pequenas e médias empresas (PMEs). Tais aspectos serão examinados em maior profundidade na seção subsequente.

3 OS INDICADORES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO DA OCDE

A OCDE identificou quatro grupos de indicadores principais para medir o crescimento inclusivo em seu relatório *Opportunities for All: a framework for policy action on inclusive growth* (OECD, 2018a). Esses grupos são descritos a seguir.

- 1) Crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento: este grupo de indicadores ajuda a verificar se a economia está crescendo e se os padrões de vida estão aumentando para diferentes grupos da população, definidos em termos de renda, idade e região de residência.
- 2) Mercados inclusivos e funcionais: esta categoria analisa a estrutura e o funcionamento da economia e dos mercados como os principais impulsionadores do crescimento e da inclusão. Considera os mercados de produtos e de trabalho, tanto sob o aspecto de eficiência quanto de equidade. Ela fornece uma compreensão das principais forças econômicas que sustentam os padrões de vida das pessoas. Esses indicadores medem o nexo entre produtividade e inclusão em um nível mais granular, por exemplo, em nível de gênero, setorial e geográfico.
- 3) Oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura: analisa-se a distribuição de componentes de bem-estar não econômicos selecionados, como saúde, educação, habilidades socioemocionais, qualidade de vida ambiental e cuidados infantis. Esses elementos capturam as oportunidades das pessoas para melhorar o bem-estar e participar da economia e da sociedade.
- 4) Governança: este grupo reflete uma abordagem de todos os níveis de governo para monitorar a eficiência e capacidade de resposta do governo.

A tabela 1 apresenta os indicadores considerados em cada um desses grupos. Vale ressaltar que, dos indicadores de crescimento inclusivo da OCDE, nenhum deles é composto, que sintetize a informação de subindicadores. Por isso, a análise dos indicadores de crescimento inclusivo é mais direta, não sendo necessário considerar a ponderação dos subindicadores que compõem um indicador complexo. Na tabela 1 são descritos os indicadores de crescimento inclusivo por subgrupo.

TABELA 1
Brasil e OCDE: indicadores de crescimento inclusivo

Grupo de indicadores	Indicador	Unidade de medida	Média OCDE	Brasil
Crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento	PIB <i>per capita</i>	Dólar <i>per capita</i>	41.694,00	13.485,00
	Mediana da renda	Dólar	24.070,60	6.941,70
	S80/S20 ¹	Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres	5,5	14,5
	Taxa de pobreza	Porcentagem da população com menos de 50% da renda mediana	0,1	0,2
	Mortalidade por poluição do ar	Mortes por 1 milhão de habitantes	275,2	206,6
	Expectativa de vida	Número de anos de vida	80,6	76,1

(Continua)

(Continuação)

Grupo de indicadores	Indicador	Unidade de medida	Média OCDE	Brasil
Mercados inclusivos e funcionais	Produtividade anual do trabalho	Dólar PPC	99.799,00	32.372,30
	Taxa de emprego	Razão de empregados sobre população	67,8	59,0
	Dispersão de ganhos	Razão do salário dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres	3,3	4,6
	Diferença salarial de gênero	Diferença percentual de renda entre homens e mulheres	11,9	6,3
	Acesso digital	Porcentagem de empresas	44,6	62,2
	Empréstimos a PMEs	Porcentagem dos empréstimos	49,0	41,7
Oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura	Variação no desempenho escolar explicada pelo <i>status</i> socioeconômico	Porcentagem do desempenho	12,0	14,0
	Taxa de inscrição em creches	Porcentagem das crianças entre 0 e 2 anos na creche	36,5	21,0
	Jovens não empregados nem em educação	Porcentagem dos jovens entre 18 e 24 anos	6,7	13,1
	Alunos resilientes	Porcentagem de alunos	11,3	10,0
Governança	Confiança no governo	Porcentagem da população que confia no governo	50,7	36,0
	Participação eleitoral	Porcentagem da população com idade para votar	69,0	79,0
	Participação feminina na política	Porcentagem de mulheres ocupadas em cargos eletivos	33,8	17,7

Fonte: OCDE.
Elaboração dos autores.
Nota: 1 "S" é uma abreviação para *share*, em inglês, forma como a OCDE apresenta esse indicador.
Obs.: PPC – paridade do poder de compra.

A temática de desigualdade e crescimento inclusivo tem se tornado cada vez mais relevante para o Brasil, principalmente diante da grande disparidade econômica e social existente no país (Souza, 2018). A desigualdade de renda no Brasil é uma das maiores do mundo. De acordo com dados mais recentes da OCDE, o coeficiente de Gini do Brasil em 2020 foi 51,8, o que é bastante elevado em comparação com a média dos países da OCDE, que é 31,5 (OECD, 2023). O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que varia de zero a um, sendo zero a situação em que todos os indivíduos têm a mesma renda e um a situação em que um único indivíduo detém toda a renda. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade.

É importante ressaltar que há variações significativas nos níveis de desigualdade entre os países-membros da OCDE. Alguns deles têm níveis semelhantes ao Brasil, enquanto outros apresentam níveis muito mais baixos. No entanto, a maioria desses países tem um coeficiente de Gini menor do que o Brasil. Isso indica que a desigualdade de renda no Brasil é uma questão que precisa ser enfrentada de maneira efetiva para que o país possa atingir níveis mais justos e equitativos de

distribuição de renda. O roteiro de acesso do Brasil à OCDE (OECD, 2022c) também destacou o tema como um dos assuntos de grande relevância a ser enfrentado pelo país visando acessar a OCDE, conforme pode ser identificado na lista de princípios fundamentais de acesso para comitês da OCDE nos itens a seguir.

Comitê de Política Educacional

- garantir a qualidade e efetividade dos programas de educação e treinamento, e melhorar a qualidade dos resultados de aprendizagem;
- promover a igualdade de oportunidades educacionais, garantindo o acesso e o sucesso em uma educação de qualidade para todos.

Comitê de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais

Garantir que políticas e instituições relacionadas ao mercado de trabalho, treinamento, proteção social e migração estejam em vigor para facilitar o ajuste econômico e promover a prosperidade econômica inclusiva e sustentável para todos por meio de:

- políticas e instituições adequadas de mercado de trabalho e formação, bem como sistemas de relações industriais em conformidade com a Estratégia de Empregos da OCDE de 2018;
- políticas para melhorar as oportunidades de emprego para grupos sub-representados e vulneráveis (por exemplo, não qualificados, pessoas com deficiência, jovens e idosos), bem como políticas para promover o diálogo social, inclusão no mercado de trabalho e transição do emprego informal para o formal;
- políticas para promover a igualdade de gênero no emprego e remuneração, bem como na formação e acesso à proteção social;
- políticas para promover as oportunidades econômicas, de emprego e sociais para todos os grupos de jovens;
- políticas para promover a inclusão social e no mercado de trabalho de pessoas com deficiências e problemas de saúde mental;
- políticas financeira e socialmente sustentáveis para promover a integração social e a coesão, incluindo políticas de renda de aposentadoria, apoio a famílias com crianças e medidas projetadas para ajudar pessoas sem emprego e outros grupos vulneráveis a combater a pobreza e encontrar empregos produtivos e recompensadores;
- governança eficaz dos sistemas de mercado de trabalho e proteção social, incluindo a capacidade de monitorar a implementação de políticas e analisar e avaliar os resultados alcançados;
- políticas para garantir o pleno respeito dos direitos trabalhistas e o exercício completo dos direitos trabalhistas individuais e coletivos, incluindo por meio de inspeção do trabalho efetiva, com ênfase particular nos direitos trabalhistas fundamentais, incluindo os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT [Organização Internacional do Trabalho];

- políticas para combater todas as formas de discriminação em todas as áreas da vida econômica e social do país;
- políticas para melhor gerenciar os fluxos migratórios e promover a integração social e no mercado de trabalho de imigrantes e seus filhos, bem como políticas para aproveitar as habilidades dos emigrantes para apoiar o crescimento econômico.

Comitê de Saúde

- a capacidade do sistema de saúde em fornecer serviços seguros, centrados nas pessoas e adequados, incluindo acesso a cuidados de saúde preventivos e tratamentos médicos, a todos os grupos sociais de maneira transparente e oportuna (...) (OECD, 2022c, p. 20-21, tradução nossa).

Diante disso, torna-se fundamental a utilização de indicadores que possam mensurar adequadamente os níveis de desigualdade e crescimento inclusivo no Brasil. Os indicadores fornecidos pela OCDE sobre crescimento inclusivo oferecem algumas dimensões do crescimento inclusivo, abordando temas relacionados com a inclusão no mercado de trabalho, educacional, de gênero e de oportunidades.

Como o tema de crescimento inclusivo é transversal a vários outros temas, e os indicadores analisados pela OCDE são concisos, a seleção dos indicadores baseou-se apenas na disponibilidade de dados comparáveis para o Brasil. Para fazer essa seleção, os autores analisaram previamente os dados dos dezenove indicadores disponíveis para o Brasil dos 24 indicadores de crescimento inclusivo propostos pela OCDE. Aqueles para os quais a OCDE não apresenta dado (critério 1) e que não são possíveis de serem estimados a partir de outra fonte de dados no país (critério 2) foram retirados da seleção de indicadores selecionados. Com isso, a lista final de indicadores que serão analisados neste texto é a que consta no quadro 1.

QUADRO 1
Indicadores de crescimento inclusivo selecionados com base no primeiro e segundo critério

Grupo de indicadores	Indicador
Indicadores de crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento	Crescimento do PIB <i>per capita</i> (porcentagem)
	Nível e crescimento médio da renda (porcentagem; dólar PPC)
	Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres (S80/S20) e sua participação na renda (proporção)
	Expectativa de vida ao nascer (número de anos de vida)
	Mortalidade por poluição do ar (mortes por 1 milhão de habitantes)
	Taxa de pobreza relativa (porcentagem)

(Continua)

(Continuação)

Grupo de indicadores	Indicador
Indicadores de mercados inclusivos e funcionais	Nível e crescimento anual da produtividade do trabalho (porcentagem; dólar PPC)
	Taxa de emprego em relação à população (porcentagem)
	Dispersão de ganhos (razão interdecis)
	Diferença salarial feminina (porcentagem)
	Acesso digital – empresas que usam serviços de computação em nuvem (porcentagem)
	Empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas (porcentagem)
Indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura	Variação no desempenho em ciências explicada pelo <i>status</i> socioeconômico dos alunos (porcentagem)
	Taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância (crianças de 0 a 2 anos) (porcentagem)
	Jovens não empregados nem em educação e formação (18 a 24 anos) (porcentagem)
	Alunos resilientes (porcentagem)
Indicadores de governança	Confiança no governo (porcentagem)
	Participação eleitoral (porcentagem)
	Participação política feminina (porcentagem)

Fonte: OECD (2018a).
Elaboração dos autores.

Cinco indicadores foram eliminados com base no segundo critério: i) a parcela de riqueza de 40% na base e de 10% no topo; ii) o percentual de emprego involuntário de meio período; iii) o coeficiente da correlação de resultados de ganhos entre gerações; iv) a proporção percentual de adultos com pontuação abaixo do nível 1 em alfabetização e matemática; e v) a diferença de expectativa de vida regional.

A seguir iremos analisar a metodologia empregada pela OCDE na construção desses indicadores selecionados em relação à realidade do Brasil, isto é, se essas metodologias são adequadas para a realidade brasileira e se os dados disponíveis para o Brasil permitem o cálculo desses indicadores. Os indicadores também serão recalculados utilizando as fontes de dados apresentadas pela OCDE, e o resultado será comparado com o valor apontado pelas estatísticas da organização para o Brasil e para outros países-membros.

4 METODOLOGIA E FONTE DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO DA OCDE

Nesta seção, será realizada uma avaliação metodológica dos indicadores selecionados para os dados brasileiros, incluindo a sua adequação à realidade brasileira. A avaliação metodológica é uma etapa crucial para garantir a validade e confiabilidade dos indicadores, bem como para identificar possíveis limitações e desafios na

coleta e análise de dados. Para começar, é importante considerar que a adequação dos indicadores à realidade brasileira depende de vários fatores, como a disponibilidade de dados confiáveis e atualizados, a relevância dos indicadores para a realidade socioeconômica e ambiental do país e a compatibilidade dos indicadores com a cultura e a geografia brasileiras.

4.1 Indicadores de crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento

Nesta subseção, serão abordadas as metodologias e fontes de dados utilizadas para a elaboração dos indicadores de crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento.

4.1.1 Nível e crescimento do PIB *per capita*, a preços constantes de 2015

O PIB é uma medida amplamente utilizada para avaliar a produção econômica de um país. A OCDE utiliza o PIB *per capita*, que é o valor do PIB dividido pelo total da população residente do país, como um dos indicadores de crescimento inclusivo, que capta a riqueza do país relativa à população. O Sistema de Contas Nacionais (System of National Accounts – SNA) de 2008 define o PIB como o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período (European Commission *et al.*, 2009).

O SNA de 2008 (European Commission *et al.*, 2009) trata de um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelas Nações Unidas para padronizar a medição da atividade econômica em todo o mundo, permitindo a comparação entre países. Ele é usado por muitos países e organizações internacionais, incluindo a OCDE,⁵ para produzir dados comparáveis sobre o PIB.

Os dados das contas nacionais para o Brasil são obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial que produz as estatísticas nacionais oficiais e as disponibiliza ao público. O último dado disponível para o país é de 2020. A fonte utilizada pela OCDE já é o dado oficial do Brasil, calculado pelo IBGE, que desde 2015 compila os dados de acordo com o SNA de 2008, portanto a fonte utilizada é a correta. Na seção 5 serão analisados os dados do Brasil em relação aos países da OCDE.

5. A OCDE utiliza dados de PIB preparado a partir de estatísticas reportadas à OCDE pelos países-membros em suas respostas ao questionário anual de contas nacionais. O PIB por despesas a preços correntes é ajustado para variações sazonais pela OCDE, usando o método Time Series Regression with ARIMA Noise, Missing Observations and Outliers-Signal Extraction in ARIMA Time Series (Tramo-Seats). Já os dados de volume são corrigidos para variações sazonais pelas fontes nacionais, utilizando o método X12-ARIMA.

4.1.2 Nível e crescimento da mediana da renda, S80/S20 e taxa de pobreza relativa

A OCDE utiliza as informações coletadas pela Income Distribution Database (IDD) – ou Base de Dados de Distribuição de Renda, em tradução livre – para analisar diversos indicadores, sendo três indicadores de crescimento inclusivo: nível e crescimento médio da renda, razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres (S80/S20) e sua participação na renda e taxa de pobreza relativa, que serão analisados conjuntamente nesta subseção.

A IDD contém informações sobre setenta indicadores classificados em quatro categorias: níveis de renda, desigualdade, pobreza e população. Cada medida é apresentada para três grupos populacionais diferentes: i) a população inteira; ii) a população em idade ativa (18 a 65 anos); e iii) aqueles em idade de aposentadoria (66 anos ou mais). Em relação à desigualdade de renda, o banco de dados relata sete medidas: o coeficiente de Gini para a distribuição da renda disponível equivalente do domicílio (pós-impostos e transferências), o coeficiente de Gini antes de impostos e transferências, as razões de décimos de renda nos percentis P90/P10, P90/P50 e P50/P10, a relação de compartilhamento de quintil de renda S80/S20 e a relação de compartilhamento de décimo de renda S90/S10.

Os dados na IDD são coletados por meio de um questionário idêntico entregue aos especialistas nacionais em cada país. Normalmente, os consultores nacionais selecionados para o projeto são especialistas em uma agência governamental responsável por realizar a pesquisa domiciliar e/ou produzir estatísticas distributivas nacionais. O questionário coleta estatísticas resumidas calculadas a partir dos microdados da principal pesquisa domiciliar (ou outra fonte) de cada país. Esses cálculos devem ser realizados pelo consultor de acordo com um determinado protocolo. Os questionários respondidos, que incluem tabulações com metadados com as características das pesquisas subjacentes, são então verificados pela OCDE quanto a omissões, erros e consistência. Assim, pode-se dizer que a IDD busca esforços para produzir resultados harmonizados a partir do conjunto existente de pesquisas de domicílio (ou outros instrumentos de dados).

A comparabilidade entre países na IDD é afetada quando países europeus que não utilizam a pesquisa European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-Silc) são incluídos, assim como países da OCDE que não possuem um quadro comum. Para esses países, a harmonização é realizada *ex post*, sem um quadro padrão *ex ante*, o que limita a comparabilidade devido às restrições impostas pelos desenhos das pesquisas.

Embora a IDD utilize definições e conceitos padronizados com o objetivo de produzir indicadores comparáveis de desigualdade de renda, é difícil alcançar uma plena comparabilidade, pois cada país lida com pequenos problemas no processamento da pesquisa domiciliar de maneiras diferentes. Isso inclui tratamento

de informações faltantes, valores extremos, respostas inconsistentes, entre outros. Apesar desses desafios, a comparabilidade na IDD é relativamente alta em relação a bancos de dados globais que incluem países em desenvolvimento, graças ao método de coleta de dados padronizado e à exigência de estimar a desigualdade sobre uma variável de bem-estar comum bem especificada, além da semelhança das fontes de dados subjacentes na maioria dos países, especialmente na União Europeia.

Os indicadores de crescimento inclusivo analisados nesta subseção (nível e crescimento médio da mediana da renda, S80/S20 e taxa de pobreza relativa) pertencem aos indicadores distributivos na IDD. As estatísticas distributivas são restritas à dimensão de renda. Em particular, a *proxy* para bem-estar individual usada no banco de dados é a renda disponível equivalente da família, que é construída dividindo a renda disponível da família pela raiz quadrada do tamanho da família. Por sua vez, a renda disponível da família é obtida pela adição da renda disponível em dinheiro de cada membro da família. A renda disponível equivalente para cada indivíduo i do domicílio j pode ser calculada conforme as equações (1), (2), (3) e (4).

Renda primária equivalente:

$$PI_{ij} = E_{ij} + KI_{ij} + SEI_{ij} + (TRROT_{ij} - TRPOT_{ij}) \quad (1)$$

Renda de mercado equivalente:

$$MI_{ij} = PI_{ij} + TRRER_{ij} \quad (2)$$

Renda bruta equivalente:

$$GI_{ij} = MI_{ij} + TRRSS_{ij} - TRPER_{ij} \quad (3)$$

Renda disponível equivalente:

$$DI_{ij} = GI_{ij} - TA_{ij} \quad (4)$$

Ou:

$$DI_{ij} = E_{ij} + KI_{ij} + SEI_{ij} + TRR_{ij} - TRP_{ij} \quad (4.1)$$

As variáveis que compõem as equações são descritas a seguir.

- 1) E : renda do empregado, incluindo salários, bônus em dinheiro, gorjetas, comissões e honorários de diretores, bônus de participação nos lucros e outras formas de remuneração vinculada ao lucro, ações oferecidas como parte da remuneração do empregado, bens e serviços gratuitos ou subsidiados pelo empregador, indenização e pagamento de rescisão. O pagamento de licença médica pelo seguro social também deve ser incluído.

- 2) *KI*: renda de capital e propriedade, incluindo renda de ativos financeiros (líquidos de despesas), ativos não financeiros (líquidos de despesas) e *royalties*. Renda regular de planos de pensão privada e esquemas de seguro de vida também devem ser incluídos neste componente de renda. De acordo com o Manual de Camberra de 2011, ganhos de capital não devem ser incluídos em *KI* (Unece, 2011).
- 3) *SEI*: renda de autoemprego, incluindo lucros e perdas de empresas não incorporadas, bem como bens produzidos para consumo próprio (líquidos dos custos dos insumos). A inclusão desta última variável visa ajustar o conceito de renda da OCDE às realidades de países de renda média (como Brasil, África do Sul e outros), onde a agricultura de subsistência representa uma fonte significativa de renda para pessoas no fundo da distribuição.
- 4) *TRR*: transferências correntes recebidas, incluindo transferências da seguridade social (engloba benefícios de acidentes e invalidez, benefícios em dinheiro para idosos, benefícios de desemprego, subsídios de maternidade, auxílios familiares e/ou infantis, todos os benefícios com foco na população de baixa renda e assistência social, abrangendo transferências em espécie dadas para um fim específico, como vales-alimentação), transferências de seguro social relacionadas ao emprego, bem como transferências em dinheiro de instituições sem fins lucrativos e outras famílias. Este item é composto por três subitens:
 - a) *TRRSS*: transferências correntes recebidas da seguridade social;
 - b) *TRRER*: transferências correntes recebidas de esquemas de seguro social relacionados ao emprego (por exemplo, pensões ocupacionais), os quais atendem pelo menos a uma das seguintes condições: i) a participação é obrigatória; ii) o esquema é coletivo; e iii) o empregador contribui em nome do empregado; e
 - c) *TRROT*: transferências correntes recebidas de instituições sem fins lucrativos e outros domicílios particulares, como pensões alimentícias.
- 5) *TRP*: transferências correntes pagas, incluindo impostos diretos sobre renda e riqueza, contribuições à seguridade social pagas pelos domicílios, contribuições aos esquemas de seguro social relacionados ao emprego e transferências correntes pagas tanto a outros domicílios quanto a instituições sem fins lucrativos. Impostos sobre ganhos de capital realizados devem ser excluídos dos impostos sobre a riqueza quando possível. Os valores das transferências pagas devem ser relatados no questionário da OCDE com um sinal negativo. A variável *TRP* pode ser segmentada em três itens:

- a) *TA*: impostos diretos sobre a renda e a riqueza pagos pelos domicílios (líquidos de reembolsos), assim como as contribuições pagas pelos domicílios aos esquemas públicos de seguridade social;
- b) *TRPER*: contribuições pagas pelos domicílios aos esquemas de seguro social relacionados ao emprego (conforme definido anteriormente); e
- c) *TRPOT*: transferências correntes pagas pelos domicílios a instituições sem fins lucrativos e outros domicílios particulares, como pensões alimentícias.

Uma vez calculada a renda disponível equivalente, é possível calcular os indicadores apresentados na IDD, aplicando as respectivas fórmulas. A seguir, as fórmulas dos indicadores de crescimento inclusivo incluídos na IDD e analisados nesta subseção são apresentadas.

- 1) Mediana da renda: a mediana é um conceito estatístico que representa o valor central de um conjunto de dados. É o valor que separa a metade superior dos dados da metade inferior, quando eles são ordenados em ordem crescente ou decrescente. Em outras palavras, é o valor de renda que divide o conjunto de rendas em duas partes iguais.
- 2) $S80/S20$: a relação $S80/S20$ é a proporção da renda média do quintil superior em relação à renda média do primeiro quintil.
- 3) Taxa de pobreza relativa: a pobreza relativa é medida estabelecendo um limite de pobreza como uma porcentagem da renda disponível mediana em termos nominais. À medida que a renda mediana muda ao longo do tempo, o limite de pobreza relativa também muda. Existem dois limites utilizados para medir a pobreza relativa: o primeiro é estabelecido em 50% da renda disponível equivalente mediana de toda a população, enquanto o segundo é estabelecido em 60% dessa renda. Neste estudo vamos focalizar o primeiro deles, de 50% da renda disponível equivalente mediana.

A IDD possui dados para o Brasil, coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), uma pesquisa domiciliar amostral realizada trimestralmente pelo IBGE. Os dados do Brasil estão disponíveis na OCDE para 2006, 2009, 2011, 2013 e 2016, último ano disponível. Na PNAD Contínua, a renda domiciliar é medida como a soma da renda de todas as fontes recebidas por todos os membros da família que residem no mesmo domicílio (excluindo pensionistas, empregados domésticos e seus parentes). Ademais, a PNAD Contínua pergunta aos respondentes sobre sua renda bruta sem nenhum imposto pago (sem informações separadas sobre o valor total de impostos pagos). A OCDE estima a renda disponível do Brasil a partir desses dados da pesquisa

nacional, com base no modelo de microsimulação⁶ brasileiro (Brazilian Household Microsimulation System – BRAHMS) aplicado aos registros originais da PNAD Contínua para estimar o valor dos impostos pagos. A metodologia aplicada é complexa e não replicável, o que impede a sua estimativa. Além disso, há estimativas de renda disponível mais recentes para o país que poderiam ajudar a atualizar a metodologia.

No quadro 2 são resumidas as características da PNAD Contínua e possíveis limitadores da base de dados utilizada.

BOX 1

Outros indicadores utilizados para medir pobreza

Existem várias formas comuns de medir a pobreza no mundo. Uma delas é a linha de pobreza absoluta, que estabelece um limiar abaixo do qual uma pessoa é considerada extremamente pobre. Esse critério é frequentemente baseado no valor necessário para satisfazer as necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde. Existem diferentes linhas de pobreza absoluta estabelecidas por organizações internacionais, como o Banco Mundial. Uma linha comumente utilizada pelo Banco Mundial é de US\$ 1,90 por dia, que é considerada a linha de pobreza extrema. Essa medida é baseada no valor necessário para atender às necessidades básicas de alimentação, moradia e saúde em países de baixa renda. No entanto, é importante destacar que as linhas de pobreza absoluta podem variar dependendo do nível de desenvolvimento e dos custos de vida de cada país ou região específica.

Algumas medidas incorporam indicadores multidimensionais, levando em consideração aspectos como educação, acesso a serviços básicos, emprego e qualidade de vida. A medição da pobreza multidimensional busca ir além da abordagem unidimensional baseada apenas na renda, considerando uma variedade de dimensões e indicadores que afetam a qualidade de vida das pessoas. Essa abordagem reconhece que a pobreza não se limita apenas à falta de recursos financeiros, mas também está relacionada a privações em várias áreas da vida, como educação, saúde, habitação, acesso a serviços básicos, entre outras. Uma das principais metodologias para calcular a pobreza multidimensional é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM é uma medida estatística que combina diferentes indicadores de privação em várias dimensões, atribuindo pesos diferentes a cada um deles. Esses indicadores podem incluir acesso à educação, nutrição, saneamento básico, água potável, eletricidade, moradia adequada, entre outros.

Outra abordagem é a medição da pobreza relativa, que compara a renda ou o padrão de vida de uma pessoa com a média da população. Essa perspectiva considera a desigualdade econômica e social, buscando identificar grupos que estejam em desvantagem em relação aos demais, como o indicador adotado pela OCDE. Essas diversas formas de medir a pobreza são essenciais para identificar a magnitude do problema, monitorar seu progresso ao longo do tempo e direcionar políticas públicas eficazes para reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida das pessoas em situação de pobreza.

Elaboração dos autores.

QUADRO 2

Análise da adequação da PNAD Contínua para o cálculo da renda disponível equivalente

Elemento constitutivo	Dados da PNAD Contínua
Cobertura	População residente em unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades habitacionais em coletivos). Desde 2004, a pesquisa cobre todas as áreas do Brasil, incluindo as áreas rurais da região Norte, que antes não eram incluídas na pesquisa.
Amostragem	Amostragem probabilística em três estágios: municípios (unidades primárias), grupos baseados no censo (unidades secundárias) e domicílios (unidades terciárias).
Tamanho da amostra	A amostra da PNAD Contínua em 2012 consistiu em 147.203 domicílios, com 362.451 indivíduos.
Erro de não resposta	Dos domicílios ocupados selecionados, 2,7% não foram entrevistados.
Ano ao qual a renda se refere	De 1976 a 2016.

(Continua)

6. Para detalhes da metodologia de microsimulação, conferir Immervoll *et al.* (2006).

(Continuação)

Elemento constitutivo	Dados da PNAD Contínua
Quebra na série	A pesquisa não foi realizada em 1970, 1980, 1991, 2000 (anos censitários) e 1994.
Domicílio	Na pesquisa, três unidades são identificadas: um domicílio (lugar de residência estruturalmente separado e independente, composto por um ou mais cômodos); uma unidade domiciliar (um domicílio particular para acomodação de uma pessoa ou um grupo de pessoas relacionadas por parentesco, serviço doméstico ou normas de coabitação, ou uma unidade de alojamento em um domicílio coletivo; membros são definidos como pessoas que usam o domicílio como sua residência usual e, na data da entrevista, estavam presentes ou temporariamente ausentes por um período não superior a doze meses); uma família (um grupo de pessoas ligadas por parentesco, dependência doméstica ou normas de coabitação vivendo na mesma unidade domiciliar, bem como pessoas que vivem sozinhas em uma unidade domiciliar).
Intervalo de tempo em que a renda é avaliada	Mensalmente.
Definição de renda	Os valores de renda foram coletados brutos de impostos e contribuições. Não inclui aluguéis imputados.

Fonte: Balestra *et al.* (2018).
Elaboração dos autores.

BOX 2
Medindo o topo da distribuição de renda

Os rendimentos dos mais ricos estão em evidência desde o início da crise financeira global em 2007-2008. Recentemente, uma série de trabalhos tem se concentrado na evolução de longo prazo dos rendimentos mais elevados (Atkinson, Piketty e Saez, 2011). Esses estudos mostram que os rendimentos mais elevados cresceram muito mais rapidamente do que outros rendimentos nas últimas décadas, tanto em países desenvolvidos como em países emergentes (Burkhauser *et al.*, 2012; Föster, Llana-Nozal e Nafilyan, 2014). Esse fenômeno apresenta problemas consideráveis na medição da desigualdade de renda e, em maior medida, da desigualdade de riqueza, devido à sua concentração muito maior.

As estimativas de desigualdade de renda geralmente são derivadas de pesquisas de renda e despesas familiares. Essas pesquisas têm várias limitações quando se trata da representação e precisão dos rendimentos mais elevados relatados. Essas limitações incluem questões relacionadas à amostragem (sub-representação dos muito ricos), coleta de dados (não resposta de unidades, não resposta de itens, sub-relato de itens e outros erros de medição) e preparação de dados (corte superior ou censura, fornecimento de subamostras) (Atkinson, Piketty e Saez, 2011). Essas pesquisas fornecem medidas precisas da renda mediana e da pobreza, mesmo quando os dados sobre os rendimentos mais elevados são pobres ou totalmente ausentes. No entanto, para a estimativa da desigualdade de renda, ter bons dados sobre os rendimentos mais elevados é crucial.

Dados de arquivos fiscais são mais adequados para capturar os rendimentos dos muito ricos, embora não estejam isentos de limitações. Em primeiro lugar, muitos países enfrentam problemas de evasão fiscal e elisão fiscal, levando à subdeclaração de renda. Em segundo lugar, a renda isenta de impostos, como benefícios fiscais ou aluguel imputado, é deixada de fora da análise baseada em dados fiscais (por exemplo, se uma parcela crescente de renda de capital for isenta de impostos ou sujeita a um imposto retido na fonte, isso pode afetar a análise de compartilhamentos de renda mais elevados). Em terceiro lugar, os dados de declarações fiscais podem fornecer um quadro preciso para os rendimentos mais elevados, mas permanecem silenciosos sobre como esses rendimentos se encaixam na distribuição geral.

Uma abordagem que recentemente ganhou considerável adesão é estimar a cauda superior da distribuição de renda usando dados de registros fiscais de renda e, em seguida, combinar isso com uma medida de desigualdade de pesquisas familiares para obter uma estimativa da distribuição de renda “completa” (Jenkins, 2017). Todavia, é preciso combinar dados de pesquisas familiares e registros fiscais, e estes últimos nem sempre estão publicamente disponíveis.

Ruiz e Woloszko (2016) sugerem que levar em conta os rendimentos mais altos pode resultar em um aumento significativo no nível de desigualdade de renda medida por meio de pesquisas domiciliares. De acordo com essa estimativa, em 2011 o coeficiente de Gini corrigido para os rendimentos mais altos foi, em média, 6 pontos percentuais (p.p.) mais alto do que antes da correção, aumentando de 0,31 para 0,37 para o país médio da OCDE; de forma semelhante, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 10% mais pobres subiu de 10 para 15.

Elaboração dos autores.

4.1.3 Expectativa de vida ao nascer

Para analisar os indicadores de expectativa de vida ao nascer, o relatório da OCDE (OECD, 2018a) fez uso dos dados da sua Health Status Database (HSD). A organização define a expectativa de vida, de acordo com o consenso entre a comunidade científica, como o número médio de anos que uma pessoa, em uma determinada idade, pode esperar viver, assumindo que os níveis de mortalidade específicos por idade permaneçam constantes.⁷ É possível calcular a expectativa de vida para todas as idades, porém as mais comuns são a expectativa de vida com zero ano, ou ao nascer, e para 40, 60, 65 e 80 anos. O indicador de crescimento inclusivo é a expectativa de vida ao nascer, que capta o contexto do país em termos de longevidade, mas também de mortalidade infantil e de jovens.

O relatório da OCDE traz informações sobre as fontes de dados utilizadas para calcular as estimativas de expectativa de vida em cada um dos países incluídos na HSD. De acordo com o relatório, no caso do Brasil, a fonte de dados utilizada para a expectativa de vida ao nascer foi o World Development Indicators *online*, do Banco Mundial. De acordo com o metadado da base de dados, disponível no *site* do Banco Mundial, eles utilizam como fonte de dados a United Nations World Population Prospects (UNWP). Por sua vez, a UNWP utiliza dados oficiais de expectativa de vida do IBGE, até 2017, e desde então atualiza essas informações utilizando dados de mortalidade de fontes administrativas.

Embora as fontes de dados utilizadas para estimar a expectativa de vida no Brasil não estejam completamente claras, o método adotado no relatório parece ser apropriado. No entanto, é necessário realizar uma avaliação mais aprofundada para verificar se os dados obtidos são compatíveis com outras fontes oficiais de informações sobre a expectativa de vida no país. É importante notar que, como um indicador amplamente utilizado, a metodologia de cálculo da expectativa de vida é bem estabelecida e amplamente aceita pela comunidade científica.

4.1.4 Mortalidade por poluição do ar

Para analisar a taxa de mortalidade por poluição do ar (PM2) a OCDE utiliza dados da Green Growth Database (GGD).⁸ A base, da própria organização, contém indicadores selecionados para monitorar o progresso em direção ao crescimento verde visando apoiar a formulação de políticas e informar o público em geral. Ela sintetiza dados e indicadores em uma ampla gama de domínios, incluindo uma variedade de bancos de dados da OCDE e fontes de dados externas, e abrange

7. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/life-expectancy-at-birth.html>.

8. Disponível em: [https://data-explorer.oecd.org/vis?df\[ds\]=DisseminateFinalDMZ&df\[id\]=DSD_GG%40DF_GREEN_GROWTH&df\[ag\]=OECD.ENV.EPI&dq=AUS.A..&pd=2017%2C&to\[TIME_PERIOD\]=false](https://data-explorer.oecd.org/vis?df[ds]=DisseminateFinalDMZ&df[id]=DSD_GG%40DF_GREEN_GROWTH&df[ag]=OECD.ENV.EPI&dq=AUS.A..&pd=2017%2C&to[TIME_PERIOD]=false).

países-membros e de acesso à OCDE, parceiros-chave (incluindo Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul) e outros países não membros selecionados.

A base de dados considera que mortalidade por poluição do ar é a quantidade total de mortes relacionadas à poluição do ar atribuível à poluição do ar externo. Corresponde à soma das mortes de cada doença para a qual há um risco aumentado devido à poluição do ar externo de material particulado fino e ozônio em nível do solo, segundo o Relatório Global da Carga de Doenças (Global Burden of Disease – GBD) de 2019.⁹ De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a exposição à poluição do ar por micropartículas está associada às seguintes doenças: doença cardíaca isquêmica, acidentes vasculares cerebrais, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer de pulmão, infecção respiratória inferior e diabetes *mellitus* tipo 2.

A OCDE apresenta dados para o Brasil, fornecidos pelo Ministério da Saúde. A metodologia aplicada para o Brasil segue o mesmo padrão para os demais países de que a GBD possui dados, sendo o último dado disponível de 2019.

4.2 Indicadores de mercados inclusivos e funcionais

Nesta subseção, serão abordadas as metodologias e fontes de dados utilizadas para a elaboração dos indicadores de mercados inclusivos e funcionais.

4.2.1 Nível e crescimento anual da produtividade do trabalho

Os dados de produtividade do trabalho foram extraídos da base de dados Productivity and Unit Labour Costs (ULC) da OCDE. Os indicadores apresentados nessa base de dados são baseados principalmente em estatísticas de PIB, população e emprego das contas nacionais anuais da OCDE. As horas trabalhadas são obtidas a partir das contas nacionais anuais da OCDE, da perspectiva do emprego da OCDE e de fontes nacionais.

Os órgãos de estatísticas nacionais preparam estimativas do nível do PIB nominal em moeda nacional, portanto, estimativas não comparáveis internacionalmente. A conversão da taxa de câmbio é um método simples de traduzir o PIB nacional e outros indicadores econômicos em uma moeda comum, o dólar, utilizando a taxa de câmbio média anual. No entanto, as taxas de câmbio não refletem as diferenças no poder de compra entre os países, sendo uma abordagem mais pertinente o uso de PPCs. As PPCs são consideradas uma forma de melhor capturar o verdadeiro valor do que um dólar pode comprar em bens e serviços em qualquer país. Em geral, produtos e serviços são consumidos e produzidos a preços mais baixos em países de baixa renda do que em países de alta renda.

9. Disponível em: <https://ghdx.healthdata.org/gbd-2019>.

As taxas de câmbio não capturam isso, pois não consideram as diferenças de preços entre os países. Portanto, as PPCs são preferidas às taxas de câmbio como método de conversão do PIB baseado em moeda nacional em um denominador comum.

As estimativas do nível do PIB são expressas em dólares internacionais, derivados de PPCs com base no projeto de comparação internacional (International Comparison Program – ICP) do Banco Mundial. As PPCs normalmente estão disponíveis apenas para um ano de referência, sendo o mais recente o de 2017. Essas PPCs são atualizadas usando a variação no deflator do PIB nacional em relação ao deflator do PIB dos Estados Unidos.

Além do PIB, para estimar a produtividade do trabalho é necessário estipular a população que trabalha e o total de horas trabalhadas por esses trabalhadores. O cálculo da produtividade do trabalho é obtido mediante a divisão do PIB pela quantidade de trabalhadores ou pela quantidade de horas trabalhadas, obtendo assim a produtividade por trabalhador ou por hora de trabalho, conforme fórmula (5), em que L pode ser o número de trabalhadores ou o total de horas trabalhadas. Para o Brasil, só está disponível a produtividade por trabalhador, de forma que iremos focalizar esse indicador.

$$\text{Produtividade do trabalho} = \frac{\text{PIB}}{L} \quad (5)$$

A medida preferida de produtividade do trabalho é a produção por hora, uma vez que mede a intensidade do trabalho de forma mais eficaz. Por exemplo, ela ajusta as diferenças no tempo médio de trabalho por pessoa empregada entre países. No entanto, a disponibilidade de dados confiáveis e comparáveis sobre o total de horas trabalhadas é limitada. Por sua vez, as estimativas de produtividade do trabalho com base no PIB por pessoa empregada estão disponíveis para todos os países do banco de dados. Embora seja uma medida relativamente robusta, contudo, não adota correção para empregos de meio período, visto que apenas conta pessoas que estão empregadas. Portanto, o PIB por pessoa empregada é um pouco subestimado em países com uma maior parcela de trabalhadores de meio período, que são principalmente países da OCDE.

A base possui dados para o Brasil até 2019. A fonte de dados indicada para o Brasil na página dos indicadores de produtividade da OCDE é a Conference Board Total Economy Database, que por sua vez utiliza dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) para PIB e emprego. O Ibre/FGV utiliza a mesma metodologia dos dados oficiais das contas nacionais do IBGE para estimar esses indicadores. Assim, o Brasil possui dados suficientes para estimar esse indicador.

4.2.2 Taxa de emprego em relação à população

A OCDE utiliza dados da sua Employment Database (base de dados de emprego) para calcular a taxa de emprego em relação à população, que é a razão entre o total de empregados e o total da população em idade ativa.¹⁰ A base de dados de emprego é uma fonte abrangente de informações sobre o mercado de trabalho em países-membros e parceiros da OCDE e fornece estatísticas comparáveis sobre emprego, desemprego, salários, horas trabalhadas e outras variáveis relevantes para a análise do mercado de trabalho.

Os dados são coletados por meio de pesquisas nacionais amostrais de emprego em cada país-membro. Os dados de emprego referem-se a pessoas que realizaram algum trabalho durante toda ou parte da semana de referência. Também são incluídas como empregadas aquelas pessoas que não exerceram seu trabalho remunerado durante a semana de referência devido a férias, licença, greve etc.

Considera-se trabalho no exercício da atividade econômica as ocupações destacadas a seguir.¹¹

- 1) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, bens ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços.
- 2) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) em serviço doméstico.
- 3) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, realizada durante pelo menos uma hora por semana:
 - a) ajudante de um membro do domicílio que teve trabalho como empregado na produção de bens primários (que inclui as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e aquicultura) ou ajudante de um trabalhador por conta própria ou de um empregador em qualquer atividade;
 - b) ajudante em instituição religiosa, beneficente ou cooperativa; ou
 - c) aprendiz ou estagiário.
- 4) Ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana:
 - a) na produção de bens, do ramo que inclui as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e aquicultura, para consumo próprio ou para o consumo de pelo menos um membro do domicílio; ou

10. Disponível em: <https://www.oecd.org/employment/emp/employmentdatabase-employment.htm>. Acesso em: 2 abr. 2023.

11. Definições retiradas da página de *labour statistics* da OCDE.

- b) na construção de edifícios, estradas particulares, poços e outras melhorias (exceto apenas trabalhos de reparo) para uso próprio ou para o uso de pelo menos um membro do domicílio.

A OCDE apresenta dados da taxa de emprego para o Brasil até 2021. De acordo com a metodologia do indicador, no caso do Brasil, trabalhadores familiares não remunerados incluem trabalhadores em produção para consumo próprio e trabalhadores em construção para uso próprio, em conformidade com a base de dados da OCDE para *labour statistics*. A organização utilizou como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a PNAD Contínua do IBGE. Antes de 2012, a PNAD era utilizada para compor os dados de emprego do Brasil. A partir de 2012, passou a ser utilizada a PNAD Contínua. Conforme visto anteriormente, tanto a PNAD como a PNAD Contínua são fontes valiosas de informações para o acompanhamento das tendências socioeconômicas do país, especialmente em relação ao trabalho e à renda, e, portanto, são as melhores fontes de dados para preencher as informações sobre emprego. Assim, é possível utilizar a metodologia empregada pela OCDE para estimar a taxa de emprego em relação à população para o Brasil. Os dados estão disponíveis até 2021.

BOX 3

Diferenças entre PNAD e PNAD Contínua

Há diferenças importantes entre a PNAD e a PNAD Contínua que impedem a comparação entre elas. A PNAD era realizada na última semana completa de setembro. A PNAD Contínua é uma pesquisa trimestral que também produz dados anuais, acumulando parte da amostra de cada trimestre do ano. Outra diferença entre elas é que de 1981 a 2003 a PNAD cobria todo o país, exceto a área rural de seis Unidades Federativas (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá). A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir todo o país.

Em 2013 foi introduzida a pesquisa contínua da PNAD com resultados trimestrais. Os dados atuais são médias anuais dos resultados trimestrais. Os resultados apresentados até 2012 são da PNAD, que era realizada uma vez por ano. Ademais, a PNAD e a PNAD Contínua têm diferenças metodológicas importantes, portanto seus resultados não estão relacionados.

Elaboração dos autores.

4.2.3 Dispersão de ganhos

A dispersão salarial se refere à relação entre os salários dos 10% mais bem remunerados e dos 10% menos remunerados. Essa medida é utilizada para analisar a desigualdade salarial dentro de um país e compará-la com outros países. Quanto maior for a dispersão salarial, maior será a desigualdade de renda. A base de dados da OCDE permite o acesso a esses dados para análises e estudos sobre políticas de redução de desigualdades salariais e promoção de um mercado de trabalho mais justo e equitativo.

De acordo com a OCDE, os seguintes indicadores são baseados em ganhos brutos de empregados em tempo integral por decil de ganhos (limites superiores) relatados no banco de dados de distribuição de ganhos da organização:

- razões de decil de ganhos brutos;
- diferença salarial de gênero (não ajustada);
- diferença salarial por idade; e
- incidência de remuneração baixa e alta.

Os períodos mais comuns de relatórios de pagamento de ganhos são semanais e mensais para 30 dos 37 países. Eles se referem a ganhos horários para outros cinco países e a ganhos anuais para os dois países restantes. A distinção entre empregados em tempo integral e em meio período segue as definições nacionais conforme relatado nas fontes de dados e é documentada nos metadados.¹²

Há dados para o Brasil sobre a dispersão de ganhos na base de dados da OCDE, para 2020 e 2021. Os dados do país são calculados com base nos dados de rendimento bruto da PNAD Contínua. Como mencionado anteriormente, a PNAD Contínua é a fonte oficial para a análise de indicadores do mercado de trabalho, sendo uma fonte apropriada para a análise da dispersão dos ganhos.

4.2.4 Diferença salarial feminina

A mensuração da diferença salarial entre homens e mulheres é crucial para entender a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Uma das maneiras de calcular o *gap* salarial de gênero é comparar as medianas dos salários de homens e mulheres (a diferença entre os ganhos medianos de homens e mulheres em relação aos ganhos medianos dos homens, considerando aqueles que trabalham em período integral), metodologia adotada pela OCDE no relatório sobre os indicadores de crescimento inclusivo.

Essa medida é amplamente utilizada em estudos empíricos e fornece uma estimativa da disparidade média entre os gêneros. No entanto, é importante observar que a medida não captura a distribuição completa dos salários, que podem apresentar variações significativas em diferentes pontos da distribuição. Outras abordagens incluem o uso de modelos de regressão que fazem o controle por características observáveis, como nível educacional, experiência profissional, setor de atividade e outros fatores relevantes que podem afetar o salário. Tais modelos podem fornecer uma avaliação mais precisa da diferença salarial de gênero, permitindo a identificação de possíveis discriminações e desigualdades salariais injustificadas.

A metodologia adotada pela OCDE também não considera a diferença de horas trabalhadas entre homens e mulheres, uma vez que esse cálculo é baseado na renda média mensal ou semanal para a maioria dos países para os quais a OCDE estima esse dado. Entretanto, apesar dessas limitações, o indicador do *gap* salarial

12. Disponível em: <https://web-archive.oecd.org/temp/2023-02-07/347200-employmentdatabase-employment.htm>.

de gênero medido pela diferença no salário mediano é eficiente para comparar essa informação ao longo do tempo e entre países. Conforme apresentado no indicador de dispersão salarial, para calcular o *gap* salarial de gênero a OCDE também considera os ganhos brutos de empregados em tempo integral relatados em seu banco de dados de distribuição de ganhos. A distinção entre empregados em tempo integral e em meio período segue as definições nacionais e é documentada nos metadados de cada país.

Embora a OCDE não apresente dados sobre a diferença salarial de gênero para o Brasil, é possível estimar essa diferença utilizando os dados da PNAD Contínua. Como mencionado anteriormente, a PNAD Contínua é a fonte oficial para análise de indicadores de mercado de trabalho no país, sendo apropriada para a análise da disparidade de ganhos entre homens e mulheres. Portanto, é possível utilizar a PNAD Contínua para o cálculo da diferença salarial de gênero no Brasil, o que permitiria a comparação desse indicador com os de outros países da OCDE.

4.2.5 Acesso digital (empresas que usam serviços de computação em nuvem)

O nível de acesso digital que as empresas possuem, ou o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs), pode ser medido de várias maneiras, uma delas é examinando o uso de serviços de computação em nuvem, conforme metodologia proposta por OECD (2018a). Computação em nuvem refere-se ao uso de servidores remotos hospedados na internet para armazenar, gerenciar e processar dados, em vez de servidores locais ou dispositivos pessoais. A OCDE utiliza dados da Information and Communication Technology Access and Usage by Businesses Database (ICTD).

A ICTD fornece uma seleção de 51 indicadores baseados em uma pesquisa da OCDE sobre o acesso e uso de TIC por empresas. Os indicadores têm duas fontes: i) coleta de dados primários da OCDE em países-membros, países candidatos ou parceiros-chave (Austrália, Brasil, Canadá, Colômbia, Japão, Coreia do Sul, México, Nova Zelândia, Suíça e Estados Unidos); e ii) estatísticas do Eurostat sobre empresas para os países da OCDE que fazem parte do sistema estatístico europeu. Para esses países, os indicadores apresentados na ICTD referem-se ao indicador original publicado pelo Eurostat.

Estão disponíveis no *site* da OCDE para o Brasil os anos de 2015, 2017, 2019 e 2021 do indicador de empresas que usam serviços de computação em nuvem. No Brasil, o questionário na ICTD é implementado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), fundado em 2012, atuando sob o sistema da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and

Cultural Organization – UNESCO), com o objetivo de cooperar com países latino-americanos e lusófonos na África para construir sociedades do conhecimento inclusivas.

Realizada a cada dois anos, a pesquisa ICT Empresas mapeia a incorporação de TIC em empresas brasileiras com dez ou mais pessoas empregadas. A pesquisa também investiga práticas relacionadas ao comércio eletrônico, segurança digital e adoção de tecnologias emergentes, abrangendo diversas características que compõem a economia digital. A coleta de dados para a edição de 2021, conduzida por telefone, ocorreu entre agosto de 2021 e abril de 2022. Foram entrevistadas 4.064 empresas, fornecendo resultados por tamanho, região geográfica e setor econômico (Cetic.br, 2022). A metodologia empregada pelo Cetic segue aquela sugerida pelas Nações Unidas para manter a comparabilidade entre os países, de forma que a metodologia da OCDE e a do Brasil são comparáveis.

4.2.6 Empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas

A participação dos empréstimos para PMEs no total de empréstimos empresariais capta a alocação de crédito por tamanho de empresa. Os dados para calcular esse indicador são extraídos do *scoreboard* da OCDE sobre financiamento de PMEs e empreendedorismo (OECD, 2022b). A base de dados fornece um quadro abrangente para monitorar o acesso das PMEs e dos empreendedores ao financiamento de longo prazo. Os países da OCDE e alguns parceiros estratégicos apresentam dados para um número de indicadores principais, que medem tendências no financiamento de dívida e capital das PMEs, solvência e medidas políticas pelos governos. Em conjunto, os indicadores do *scoreboard* da OCDE fornecem aos formuladores de políticas e outras partes interessadas um quadro consistente para avaliar as necessidades de financiamento das PMEs estão sendo atendidas, para apoiar o *design* e a avaliação de medidas políticas e para monitorar as implicações das reformas financeiras no acesso das PMEs ao financiamento.

Para a maioria dos países que compõem a base de dados da OCDE, os dados referentes ao financiamento de PMEs são coletados por meio de autoridades monetárias ou órgãos reguladores responsáveis pela supervisão e monitoramento das atividades bancárias, como bancos centrais e agências reguladoras. As informações são fornecidas por especialistas em cada país, que têm acesso às fontes de informação necessárias. Em alguns países, como é o caso do Canadá, as informações sobre o financiamento de PMEs são coletadas por meio de pesquisas amostrais realizadas diretamente com as empresas.

Conforme visto, o indicador da porcentagem de empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas é a razão entre os empréstimos para PMEs sobre o total de empréstimos para empresas, medida em porcentagem. O empréstimo para

PME é definido como empréstimos de bancos e instituições financeiras a PMEs, montante em aberto (estoques) no final do período, por tamanho de empresa usando a definição nacional de PME ou, se necessário, montantes de empréstimos inferiores a € 1 milhão ou um limite equivalente que seja considerado apropriado caso a caso (OECD, 2022b). Já o empréstimo total para empresas é definido como empréstimos comerciais bancários e de instituições financeiras para todas as empresas não financeiras, montante em circulação (estoques) (OECD, 2022b).

No contexto do Brasil, a OCDE utiliza informações disponibilizadas pelo Banco Central brasileiro, que exerce a função de autoridade reguladora e de monitoração do sistema financeiro. Embora não haja uma definição universal para uma PME e vários critérios possam ser usados, as PMEs geralmente são consideradas empresas não subsidiárias que empregam menos de um determinado número de funcionários. Esse número de funcionários varia de um país para outro. O limite superior mais frequente designado para uma PME é de 250 funcionários, como na União Europeia e no Brasil.¹³ No entanto, alguns países definem o limite em duzentos, enquanto os Estados Unidos consideram as PMEs as empresas com menos de quinhentos funcionários. Assim, é preciso fazer a comparação desse indicador com cautela, dadas as diferentes definições. A OCDE apresenta dados para o Brasil até 2020.

4.3 Indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura

Nesta subseção, serão abordadas as metodologias e fontes de dados utilizadas para a elaboração dos indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura.

4.3.1 Variação no desempenho em ciências explicada pelo *status* socioeconômico dos alunos

Esse indicador busca medir a importância do *status* socioeconômico dos alunos para determinar seu desempenho em ciências, isto é, o coeficiente de correlação entre o *status* socioeconômico e o desempenho em ciências. A OCDE se baseia nos dados do seu Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment – Pisa). O Pisa tem se estabelecido como uma das mais amplas e completas bases de dados para avaliar o desempenho dos estudantes e a qualidade da educação, permitindo comparações internacionais.

Desde o seu início em 2000, o programa vem coletando informações sobre habilidades em leitura, matemática e ciências de estudantes de 15 anos de idade

13. Segundo classificação do IBGE e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.

em diversos países e economias, fornecendo uma ampla gama de indicadores para entender e comparar o desempenho dos estudantes. A abrangência do Pisa, que inclui a participação de um grande número de países e economias, bem como a aplicação em diferentes idiomas, permite uma análise comparativa das políticas e práticas educacionais entre as nações, com o objetivo de identificar boas práticas e melhorias necessárias em cada contexto. Sendo assim, o Pisa tem se consolidado como uma das mais importantes ferramentas para avaliar o conhecimento dos estudantes e a qualidade da educação em âmbito internacional.

Para medir a importância do *status* socioeconômico dos alunos para determinar seu desempenho, a OCDE utiliza o índice Pisa de *status* econômico, social e cultural (*economic, social and cultural status* – ESCS). O índice é uma medida composta que combina em uma única pontuação os recursos financeiros, sociais, culturais e de capital humano disponíveis para os alunos. Assim, o *status* socioeconômico é uma medida do acesso dos alunos aos recursos familiares (capital financeiro, capital social, capital cultural e capital humano) e à posição social da família/casa do aluno. O índice considera diversas variáveis relacionadas ao contexto familiar desses alunos, que são agrupadas em três componentes: educação dos pais, ocupações dos pais e um índice que resume uma série de posses domésticas que podem ser tomadas como *proxies* de riqueza material ou capital cultural, como posse de um carro, existência de um quarto silencioso para trabalhar, acesso à internet, número de livros e outros recursos educacionais (OECD, 2019).

A comparabilidade desses indicadores entre países e ao longo do tempo apresenta vários desafios, por exemplo, o significado e os exemplos nacionais incluídos nos itens podem variar significativamente entre os países, comprometendo a comparabilidade entre eles. Além disso, a prevalência do acesso a bens e serviços tecnológicos, como telefones celulares, aumentou ao longo do tempo, portanto, esses itens transmitem informações distintas em momentos diferentes. Por exemplo, o uso de um telefone celular logo após a introdução da tecnologia pode ser uma *proxy* para alto *status* social; mais tarde, os telefones celulares podem ser considerados um recurso básico, acessível a quase todos. Por esse motivo, o índice que resume as posses domésticas é calculado de maneira diferente para todos os novos ciclos, e alguns itens podem ser incluídos de maneira específica para cada país, a fim de levar em conta o uso distintivo por países. No Pisa de 2018 os três componentes (educação dos pais, ocupação dos pais e o índice de posses domésticas) têm o mesmo peso.

O indicador em questão mensura a associação entre a pontuação obtida pelos estudantes no teste do Pisa de leitura e o seu *status* socioeconômico, representado pelo índice elaborado pela OCDE. Especificamente, o indicador quantifica o número de pontos de desempenho obtidos no teste do Pisa por cada incremento de

uma unidade no nível socioeconômico do aluno, conforme medido pelo referido índice (OECD, 2019). Na última edição do Pisa, o indicador foi estimado para todos os países-membros da OCDE e parceiros, incluindo o Brasil.

4.3.2 Taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância (crianças de 0 a 2 anos)

Taxa de matrícula em serviços de educação e cuidados na primeira infância é a porcentagem de crianças com idade entre 0 e 2 anos matriculadas em serviços de educação e cuidados na primeira infância. Para a maioria dos países, os dados são provenientes do relatório *Education at a Glance 2022: OECD indicators* (OECD, 2022a) e abrangem todas as crianças de 0 a 2 anos matriculadas em serviços de educação e cuidados na primeira infância registrados (Family Indicators de 2023, da OCDE).¹⁴ Isso geralmente inclui crianças em serviços de educação e cuidados na primeira infância reconhecidos sob o nível 0 da Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education – Isced) de 2011 (aqueles que ocorrem em um ambiente institucionalizado e que contêm um componente educacional intencional, entre outros critérios) e crianças em outros serviços de educação e cuidados na primeira infância registrados fora do escopo do nível 0 da Isced (ou seja, serviços registrados que não atendem aos critérios de classificação sob o nível 0, como ter um componente educacional intencional) (UNESCO, 2012). No entanto, as fontes exatas, a cobertura e as definições diferem entre os países.

Os programas classificados no nível 0 da Isced podem ser denominados de várias maneiras, por exemplo: educação e desenvolvimento na primeira infância, escola de brincadeiras, recepção, pré-escola ou educação inicial. Programas oferecidos em creches, centros de cuidados diurnos, berçários e jardins de infância devem atender aos critérios de classificação do nível 0 da Isced para serem incluídos nas estatísticas internacionais de educação. Isso significa que eles devem:

- ter propriedades educacionais intencionais adequadas;
- ser institucionalizados;
- ser direcionados para crianças a partir de 0 anos até a idade de entrada na educação no nível 1 da Isced;
- atender a níveis mínimos de intensidade/duração (intensidade de pelo menos duas horas por dia e duração de pelo menos cem dias por ano); e
- sempre que possível, ter um quadro regulamentar reconhecido pelas autoridades nacionais relevantes e possuir pessoal treinado ou credenciado conforme estabelecido no quadro regulamentar apropriado.

14. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/2743d512-en>.

Os programas excluídos da Isced de 2011 são destacados a seguir.

- Programas que fornecem apenas cuidados infantis (ou seja, supervisão, nutrição e saúde).
- Programas integrados nos quais a parte não educacional é maior que a parte educacional.
- Arranjos puramente familiares que podem ser propositais, mas não atendem à definição da UNESCO, por exemplo, a aprendizagem informal pelas crianças com seus pais, outros parentes ou amigos não está incluída no nível 0 da Isced.
- Atividades de aprendizagem realizadas em residências privadas ou em outros centros institucionalizados que estejam fora da jurisdição de uma autoridade ou órgão regulador nacional de educação na primeira infância apropriado, independentemente de as atividades serem organizadas no estilo de um programa aprovado de educação na primeira infância. Um exemplo disso seria um cidadão privado que, por vontade própria, oferece oportunidades de aprendizado para crianças pequenas que nominalmente atendem aos requisitos.

A maioria dos países utiliza dados fornecidos pelos seus respectivos ministérios da educação para monitorar as matrículas escolares, e esse é o caso também do Brasil. No relatório *Education at a Glance 2022: OECD indicators* (OECD, 2022a), os dados de matrícula escolar são analisados a partir das informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que incluem o Censo Escolar 2020 (Inep/MEC), o Censo da Educação Superior 2020 (Inep/MEC) e a Coleta de Dados sobre Estudos Avançados 2020 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes/MEC).

4.3.3 Jovens não empregados nem em educação e formação (18 a 24 anos)

A proporção de jovens (entre 18 e 24 anos) que não estão empregados nem em educação ou treinamento formal (*not in education, employment, or training* – NEET) é um indicador importante da facilidade de transição da educação para o mercado de trabalho. Este indicador analisa a situação dos jovens em transição: se estão na educação, empregados ou se não estão empregados nem em educação ou treinamento durante o período de referência. Isso inclui não apenas aqueles que não conseguiram encontrar um emprego (NEETs desempregados), mas também aqueles que não estão procurando ativamente emprego (NEETs inativos) (OECD, 2018a), como exemplificado na fórmula (6):

$$\% NEET_{idade,g\acute{e}nero} = \frac{Não\ Estudando_{idade,g\acute{e}nero} \cap [Desempregado_{idade,g\acute{e}nero} \cap Inativo_{idade,g\acute{e}nero}]}{População_{idade,g\acute{e}nero}} \quad (6)$$

A definição de inativo se refere aos indivíduos que, durante a semana de referência da pesquisa, não estão empregados nem desempregados, ou seja, indivíduos que não estão na força de trabalho, caso eles também não estejam estudando.

A OCDE utiliza dados da pesquisa amostral de trabalho ou do domicílio para analisar o indicador da proporção de NEET para a maioria dos países. Essas bases de dados contêm informação sobre a situação educacional e de trabalho dos indivíduos. Segundo OECD (2022a), os dados das pesquisas nacionais de força de trabalho geralmente estão atrelados ao segundo trimestre de estudos, pois este é o período mais relevante para saber se o jovem está realmente estudando ou se deixou a educação para ingressar no mercado de trabalho. Este segundo trimestre corresponde, na maioria dos países, aos primeiros três meses do ano civil (janeiro, fevereiro e março), mas em alguns países ele se refere aos três meses seguintes (ou seja, abril, maio e junho). Educação ou treinamento correspondem a educação ou treinamento formais; portanto, alguém que não está trabalhando, mas seguindo estudos não formais, é considerado NEET.

Os dados utilizados para análise do contexto brasileiro foram coletados da PNAD Contínua, referente ao segundo trimestre. Conforme mencionado em análises anteriores, a PNAD Contínua é uma pesquisa amostral domiciliar amplamente utilizada como base de dados para avaliação de indicadores de trabalho e educação. Portanto, a metodologia empregada parece ser adequada para examinar a situação dos jovens brasileiros em relação à transição da educação para o mercado de trabalho. Além disso, a escolha do segundo trimestre como período de referência é relevante aqui para compreender se o jovem está de fato estudando ou se já saiu da educação para ingressar no mercado de trabalho, em consonância com o critério proposto pela OCDE. Vale destacar que a PNAD Contínua é uma fonte importante de dados para análise de indicadores relacionados ao trabalho e à educação no Brasil, sendo amplamente utilizada por pesquisadores e órgãos governamentais. Sendo assim, contém os dados apropriados para compreender a situação dos jovens brasileiros em transição para o mercado de trabalho e identificar possíveis problemas e desafios.

4.3.4 Alunos resilientes

Alunos resilientes se referem à parcela de alunos no quartil inferior do índice Pisa de ESCS no país ou economia avaliada que se destacam no quartil superior dos alunos entre todos os países ou economias, levando em consideração o *status* socioeconômico. Os dados para estimar o indicador são da base de dados do Pisa,

da OCDE. O Pisa avalia a capacidade dos jovens de 15 anos de usar seus conhecimentos e habilidades de leitura, matemática e ciências para enfrentar desafios da vida real. Assim, o indicador mede o percentual de estudantes do quartil inferior das condições econômicas que consegue alcançar o quartil superior das notas do Pisa, considerando todos os países. É um indicador de qualidade da educação mais abrangente internacionalmente, alcançando 79 países, incluindo o Brasil.

Conforme abordado anteriormente, o Pisa tem se consolidado como uma das mais importantes ferramentas para avaliar o conhecimento dos estudantes e a qualidade da educação em âmbito internacional, sendo uma importante fonte de comparação entre os países e contendo dados apropriados para a análise da resiliência dos alunos.

4.4 Indicadores de governança

Nesta subseção, serão abordadas as metodologias e fontes de dados utilizadas para a elaboração dos indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura.

4.4.1 Confiança no governo

O indicador de confiança no governo mede o nível de confiança no governo pelo percentual da amostra que afirma confiar no governo nacional. Os dados são provenientes da Pesquisa Mundial Gallup (Gallup World Poll – GWP), que utiliza uma amostra estatisticamente representativa, geralmente de cerca de 1 mil cidadãos em cada país. Em alguns países, contudo, as amostras podem ser menores e/ou referir-se exclusivamente à capital ou às maiores cidades. A GWP inclui perguntas sobre confiança em instituições financeiras, sistema judicial, polícia local, militares e governo nacional, bem como uma pergunta sobre a aprovação da liderança política. A pergunta sobre confiança no governo nacional não faz distinção entre políticos e burocracia, nem especifica quais partes do governo nacional são avaliadas. Os dados referem-se à porcentagem de pessoas que responderam sim à pergunta: Você tem confiança no governo nacional?¹⁵

A base de dados utilizada coletou informações para o Brasil referentes a 2007 e 2020, o que possibilita a realização de uma análise comparativa com outros países para esses anos. É importante destacar que não há outras fontes de dados amplamente utilizadas mundialmente para medir a confiança no governo, o que inviabiliza a comparação desse dado com outras fontes de informação.

15. Disponível em: <https://www.gallup.com/analytics/318875/global-research.aspx>. Acesso em: 2 abr. 2023.

4.4.2 Participação eleitoral

O indicador de participação eleitoral, ou *vote turnover* em inglês, é definido como a relação entre o número de indivíduos que votaram em uma eleição (considerando voto válido ou não) e a população registrada para votar. Como as características institucionais dos sistemas de votação variam muito entre os países e os tipos de eleições, o indicador refere-se às eleições (parlamentares ou presidenciais) que atraíram o maior número de eleitores em cada país. Os dados sobre a participação eleitoral utilizados pela OCDE são do International Institute for Democracy and Electoral Assistance (Idea),¹⁶ que é a melhor fonte de recursos para uma ampla variedade de estatísticas sobre a participação eleitoral em todo o mundo. A base de dados possui informações sobre as últimas eleições presidenciais de um grande número de países, incluindo o Brasil.

Nesta base de dados, utilizamos a população em idade de votar (*voting age population* – VAP) e o número de eleitores registrados (*registered voters* – REG) como indicadores de participação política. A VAP inclui um número estimado de todos os cidadãos acima da idade legal para votar, enquanto a taxa de registro compreende o número real de pessoas no registro de eleitores.

A VAP é uma estimativa aproximada e não leva em conta o fato de que pessoas em idade de votar ainda podem não estar aptas a votar devido a barreiras legais ou sistêmicas. A estimativa fornece um valor aproximado do número de eleitores elegíveis, mas não reflete o número exato. A VAP pode diferir muito do número de registro de eleitores uma vez que o registro em muitos países é voluntário ou frequentemente impreciso (International Idea, 2018).

Os dados do Idea são regularmente atualizados, e as principais fontes para os dados de registro eleitoral, votos totais e participação eleitoral correspondente são os órgãos nacionais de administração eleitoral e os escritórios estatísticos nacionais dos países listados no banco de dados. Os dados dos órgãos nacionais são obtidos a partir de seus relatórios oficiais ou informações fornecidas em seus portais *web* oficiais. Em poucos casos, quando os dados não estão disponíveis nos órgãos nacionais, as informações sobre participação eleitoral são obtidas a partir de fontes secundárias, conforme explicitado anteriormente. As estatísticas populacionais e da VAP são sempre obtidas de fontes secundárias (International Idea, 2018). A participação eleitoral é estimada pelo total de votos na última eleição dividido pelo número de registros de eleitores, sendo o total de votos igual ao número real de pessoas que votaram em uma eleição, conforme relatado pela autoridade eleitora nacional, incluindo votos inválidos e em branco (International Idea, 2018).

16. Disponível em: <https://www.idea.int/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Com base nas informações disponíveis, pode-se afirmar que a fonte e a metodologia adotadas para estimar a participação eleitoral no Brasil e em outros países parecem adequadas, contendo dados até a última eleição presidencial que ocorreu em outubro de 2022.

4.4.3 Participação política feminina

A participação de gênero refere-se à proporção de mulheres parlamentares e à cota de gênero legislada. Os dados sobre parlamentares mulheres referem-se às câmaras baixas ou únicas do parlamento e foram obtidos a partir da base de dados Parline da União Interparlamentar. Os dados referem-se à proporção de mulheres parlamentares registradas geralmente no primeiro dia do mês analisado de cada ano de referência. As porcentagens representam o número de mulheres parlamentares como uma parcela do total de assentos ocupados. A base possui dados da participação feminina no parlamento para 193 países, e o último dado disponível é de fevereiro de 2019.¹⁷

O Brasil figura na base de dados da participação feminina no parlamento, e de acordo com as informações mais recentes disponíveis apenas 15% dos candidatos eleitos para o parlamento são mulheres. Esse percentual coloca o Brasil em uma posição muito desfavorável em relação a países de características semelhantes, ocupando a 132ª posição no *ranking* mundial de participação feminina no parlamento. A baixa representatividade feminina no parlamento é uma questão preocupante, uma vez que a diversidade de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Parline é considerada apropriada para a análise e permite a comparação de informações com outros países. Entretanto, para maior confiabilidade dos resultados, as informações podem ser confirmadas com dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que possuem registros detalhados de todas as eleições.

Na próxima seção os indicadores previamente mencionados para o Brasil serão submetidos a uma análise rigorosa, e em alguns casos o indicador será calculado pela primeira vez, por meio do emprego das fontes de dados e metodologias indicadas nesta seção. Os indicadores do país serão analisados em relação aos demais países da OCDE, e para alguns casos será feita uma comparação com outros países parceiros que não são da OCDE, como o Brasil. O objetivo é fornecer uma perspectiva ampla acerca da situação do país no que tange ao tema de crescimento inclusivo e em relação aos países-membros da organização.

17. Dados disponíveis em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 3 abr. 2023.

5 ANALISANDO OS INDICADORES BRASILEIROS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Nesta seção iremos analisar os indicadores selecionados, divididos de acordo com a proposta da OCDE: i) indicadores de crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento; ii) indicadores de mercados inclusivos e funcionais; iii) indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura; e iv) indicadores de governança.

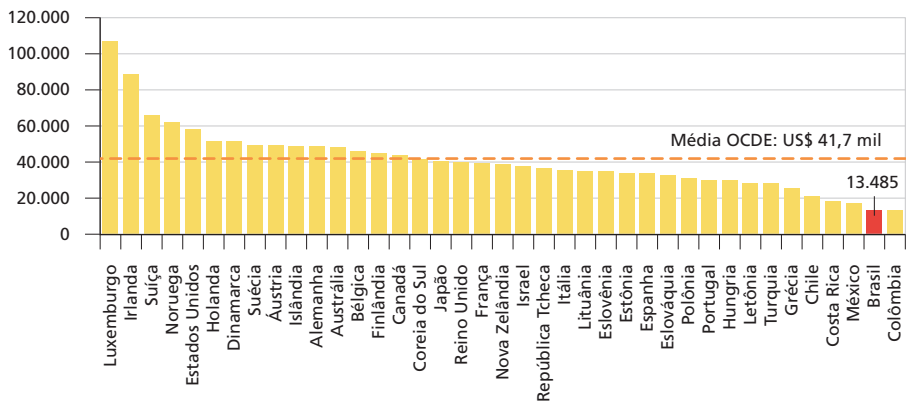
5.1 Indicadores de crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento

Iniciaremos com a análise dos indicadores referentes ao crescimento e à garantia de partilha dos benefícios desse crescimento no contexto brasileiro. Tais indicadores revelam que o Brasil se enquadra na categoria de país de renda média quando comparado globalmente, exibindo um PIB *per capita* significativamente inferior à média observada nos países-membros da OCDE. Essa renda é semelhante àquela encontrada em alguns membros de menor renda, localizados na América Latina, como Colômbia, México, Costa Rica e Chile. Além disso, o Brasil é caracterizado por altos níveis de desigualdade, conforme evidenciado pela comparação dos indicadores de distribuição de renda entre o Brasil e os demais países-membros da OCDE. De fato, o Brasil apresenta os indicadores mais desfavoráveis tanto na relação entre a renda do primeiro e último quintil quanto na taxa de pobreza relativa. Nos próximos parágrafos, aprofundaremos a análise desses resultados e exploraremos outras dimensões relevantes.

5.1.1 Nível e crescimento do PIB *per capita*, a preços constantes de 2015

Como observado, o IBGE, responsável pelo cálculo do PIB no Brasil, adota as normas metodológicas das Nações Unidas, especificamente o SNA de 2008 (European Commission *et al.*, 2009), desde 2015. Isso garante que os dados econômicos do Brasil sejam comparáveis aos dos demais países-membros da OCDE, que também seguem essa mesma metodologia. No caso do Brasil, constata-se um PIB *per capita* consideravelmente inferior à média dos países da organização, com aproximadamente US\$ 13 mil em comparação a cerca de US\$ 42 mil (gráfico 1). É importante ressaltar que existe uma considerável variação no PIB *per capita*, e países com contextos semelhantes ao do Brasil, como Colômbia, Chile e México, que são membros da organização, apresentam um PIB *per capita* similar ao do Brasil.

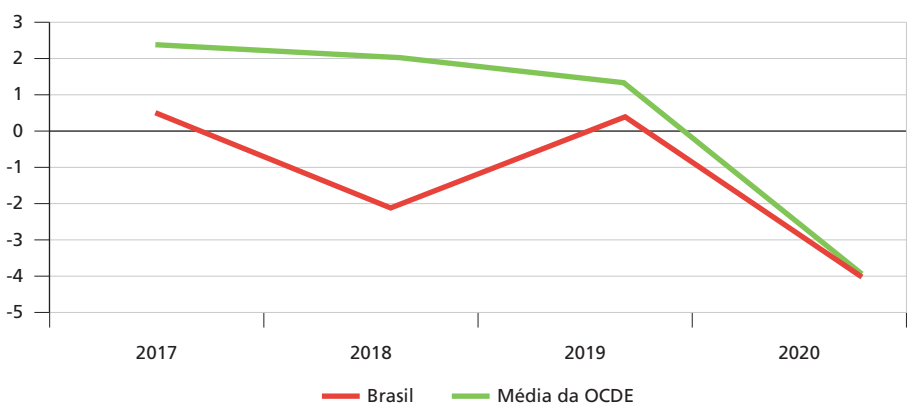
GRÁFICO 1
Nível do PIB *per capita*, a preços constantes de 2015 e PPC (2020)
(Em US\$ *per capita*)



Fonte: Contas Nacionais Anuais/OCDE.
Elaboração dos autores.

Uma preocupação adicional para o Brasil diz respeito ao desempenho do crescimento do PIB *per capita*, que tem se mostrado inferior à média dos países da OCDE. Embora em 2020 o Brasil tenha registrado uma contração econômica semelhante à média observada na organização, sendo esse um ano em que todos os países foram afetados pela crise econômica decorrente da pandemia da covid-19, nos anos anteriores o país já vinha apresentando períodos de decrescimento ou um desempenho aquém da média da OCDE (gráfico 2). Diante disso, a retomada do crescimento econômico deve ser uma das principais prioridades do governo para os próximos períodos.

GRÁFICO 2
Crescimento real do PIB *per capita*, a preços constantes e PPC (2017-2020)
(Em %)



Fonte: Contas Nacionais Anuais/OCDE.
Elaboração dos autores.

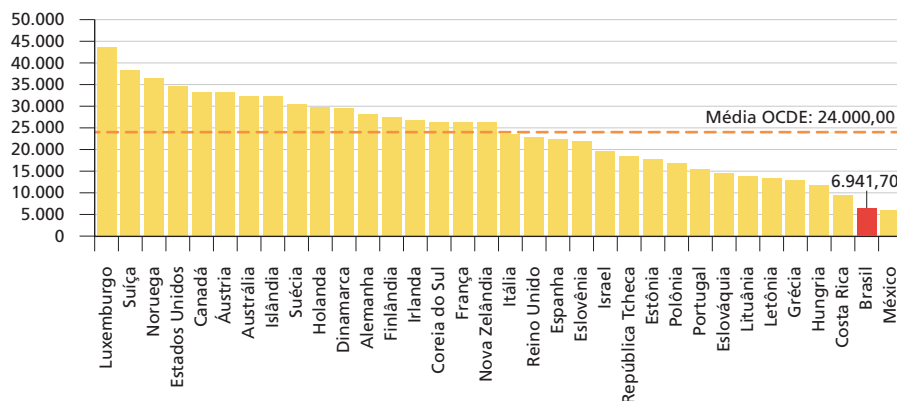
5.1.2 Nível da mediana da renda e S80/S20

Assim como o PIB *per capita*, o indicador da mediana da renda corrobora a visão do Brasil como um país com renda média, mas com uma das menores rendas em comparação aos países da OCDE, ficando na frente apenas do México (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Nível da mediana da renda (2016)

(Em US\$)



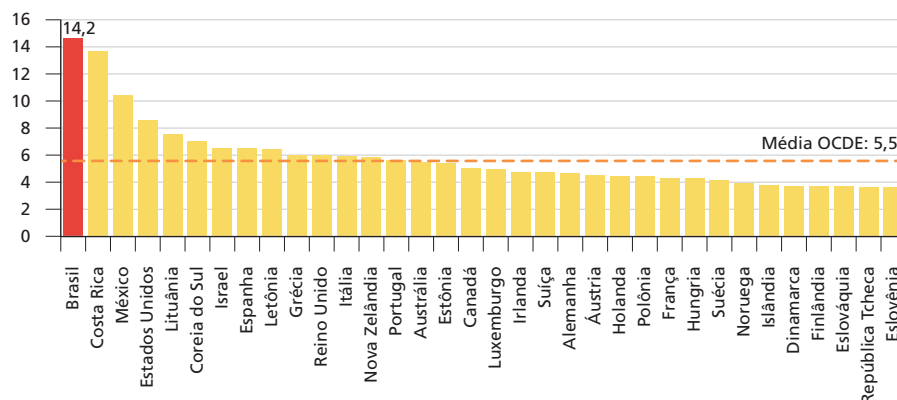
Fonte: IDD/OCDE.

Elaboração dos autores.

O Brasil se destaca como o país com a maior razão entre a renda mediana recebida pelo quintil superior e a renda mediana do primeiro quintil, conforme ilustrado no gráfico 4. Isso indica uma desigualdade na distribuição de renda maior que a dos demais países da organização, com o topo da distribuição (primeiro quintil) possuindo uma renda 14,2 vezes maior que o limite inferior da distribuição (quinto quintil de renda). Em comparação, a média dessa razão entre os países-membros da OCDE é 5,5.

GRÁFICO 4

S80/S20: razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres (2016)



Fonte: IDD/OCDE.

Elaboração dos autores.

É importante ressaltar que os dados disponíveis para o Brasil se limitam ao ano de 2016, mesmo havendo dados mais recentes que poderiam fornecer uma estimativa mais atualizada. Apesar dessas limitações, é possível inferir que a crise econômica e a pandemia provavelmente contribuíram para o aumento da desigualdade de renda nos anos mais recentes.

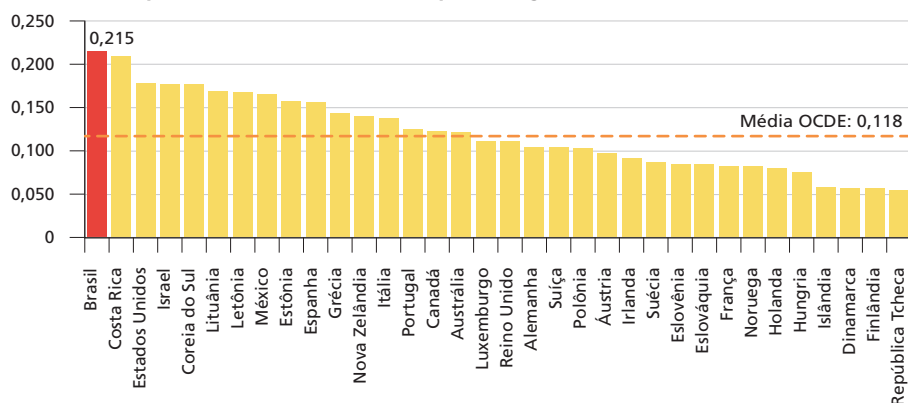
Esse indicador resalta um dos principais problemas enfrentados pelo país, que é a elevada desigualdade de renda. Embora o Brasil tenha avançado na redução dessa desigualdade desde o início dos anos 2000, nos últimos anos houve uma reversão nessa tendência, com um aumento na desigualdade, mas ainda menor que os patamares pré-2000. Dessa forma, a retomada dos esforços para reduzir a desigualdade de renda deve ser foco de políticas do governo nos próximos anos.

5.1.3 Taxa de pobreza relativa

O país também apresenta a maior taxa de pobreza, definida como o percentual da população que vive abaixo da linha de pobreza, que é igual a 50% da renda disponível mediana. A taxa de pobreza para o país foi de 0,215, o que indica que cerca de 21% da população vive com uma renda inferior à linha de pobreza. A média da taxa de pobreza para os países-membros da OCDE foi de 0,118 em 2016, indicando que, em média, nos países da OCDE, 11% da população possui uma renda inferior à linha de pobreza (gráfico 5). Vale ressaltar que a média da OCDE tem se mantido praticamente estável nos últimos anos, mostrando que na maioria dos países não houve uma melhora na taxa de pobreza relativa.

GRÁFICO 5

Taxa de pobreza relativa com linha de pobreza igual a 50% da mediana da renda (2016)



Fonte: IDD/OCDE.

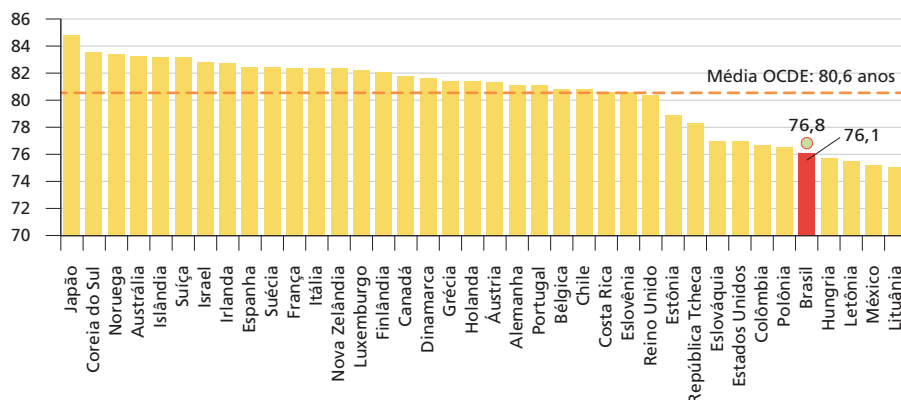
Elaboração dos autores.

5.1.4 Expectativa de vida ao nascer

Conforme evidenciado no gráfico 6, a expectativa de vida nos países que integram a OCDE oscila em uma faixa de 75 a 84 anos, tendo Japão, Coreia do Sul, Austrália, Noruega, Islândia e Suíça figurado entre os países com maiores expectativas de vida (superiores a 83 anos). Por sua vez, Hungria, Letônia, Lituânia e México foram classificados como países com expectativas de vida ao nascer mais baixas (situadas entre 75 e 76 anos), enquanto Polônia e Colômbia detiveram expectativas de vida de 76,5 e 76,7 anos, respectivamente.

GRÁFICO 6

Expectativa de vida ao nascer (2020)
(Em anos de vida)



Fonte: HSD/OCDE e IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/32315-nota-sobre-as-tabuas-de-mortalidade-2020-e-a-pandemia-de-covid-19.html>; e <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101889.pdf>.

Elaboração dos autores.

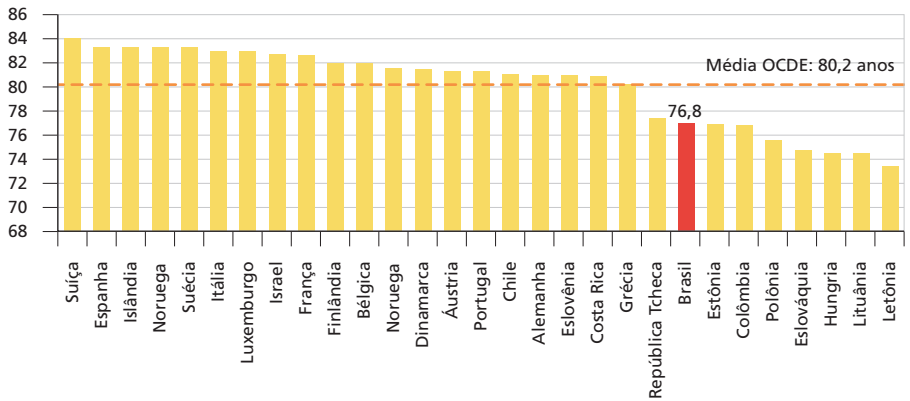
Obs.: A expectativa de vida ao nascer de 76,8 anos refere-se à estimativa do IBGE caso o Brasil não tivesse vivenciado uma crise de mortalidade em 2020.

O Brasil se aproximou dos países com expectativa de vida mais baixa, tendo alcançado uma das maiores expectativas de vida entre os países pertencentes a este grupo, considerando a expectativa de vida calculada pelo IBGE, de 76,8 anos, conforme exposto no gráfico 6. Há uma pequena diferença na estimativa de expectativa de vida para o Brasil apresentada na HSD da OCDE e pelo IBGE.

Primeiro que o último dado acessível para o Brasil na base da organização é 2020, apesar de o IBGE apresentar o dado atualizado até 2021, apresentado no gráfico 7. Além disso, comparando o dado divulgado pela OCDE com o valor apresentado pelo IBGE, foi observada uma discrepância, tendo a expectativa de vida ao nascer no Brasil, em 2020, sido reportada na HSD como sendo de 76,1 anos, enquanto, de acordo com os dados do IBGE, este número alcançou 76,8 anos. Ainda que a diferença entre os dados divulgados pela

OCDE e pelo IBGE seja modesta (0,7 anos), tal mudança no valor conduz a uma situação em que a expectativa de vida ao nascer no Brasil supera aquela de Polônia e Colômbia, e se aproxima da expectativa de vida dos Estados Unidos e Eslováquia.

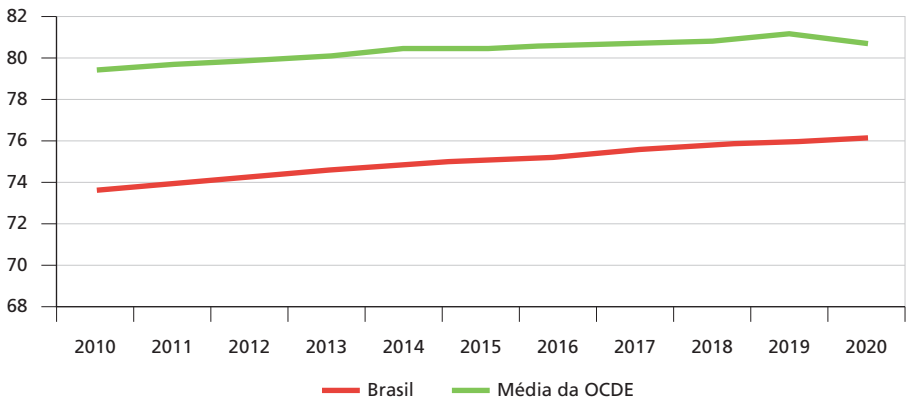
GRÁFICO 7
Expectativa de vida ao nascer (2021)
(Em anos de vida)



Fonte: HSD/OCDE e IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101981.pdf>.
Elaboração dos autores.

Ademais, vale ressaltar que o Brasil vem se aproximando da média da OCDE, uma vez que vem apresentando um crescimento da expectativa de vida superior à média dos países da organização. Enquanto a expectativa de vida na média da OCDE cresceu 1,6% entre 2010 e 2020, a do Brasil cresceu 3,4% (gráfico 8).

GRÁFICO 8
Expectativa de vida ao nascer (2010-2020)
(Em anos de vida)



Fonte: HSD/OCDE e IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101981.pdf>.
Elaboração dos autores.

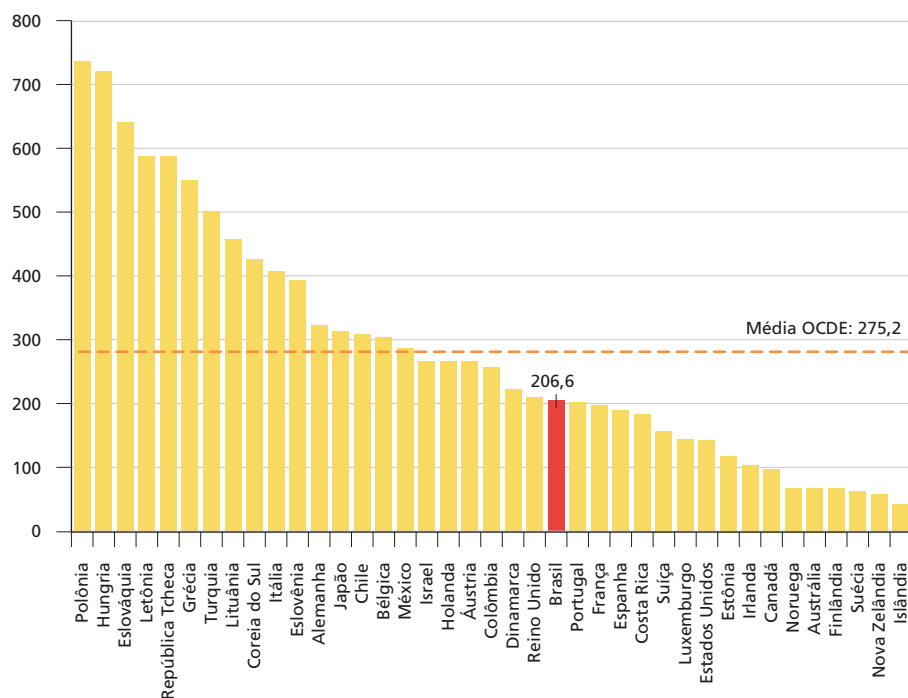
5.1.5 Mortalidade por poluição do ar

A mortalidade por material particulado ambiental (PM 2.5) é determinada pelo número de óbitos decorrentes de doenças associadas à exposição à poluição do ar por micropartículas, como doença cardíaca isquêmica, acidentes vasculares cerebrais, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer de pulmão, infecção respiratória inferior e diabetes *mellitus* tipo 2. No contexto da OCDE, o Brasil apresenta uma taxa de mortalidade inferior à média geral, sendo consideravelmente menor do que a de alguns países da organização, que registram uma taxa de aproximadamente 700 óbitos por 1 milhão de habitantes (gráfico 9).

Ademais, a tendência da taxa de mortes prematuras por 1 milhão de habitantes no Brasil tem acompanhado a média da OCDE, apresentando um declínio nos últimos anos (gráfico 10).

GRÁFICO 9

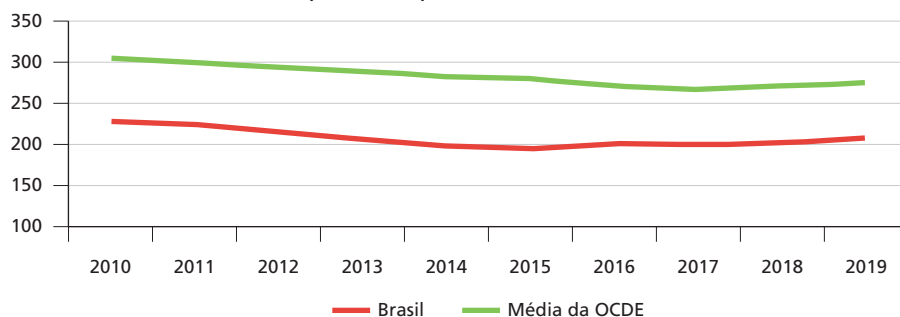
Número de óbitos por material particulado ambiental (PM 2.5) por 1 milhão de pessoas (2019)



Fonte: HSD/OCDE e IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101981.pdf>.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10

Evolução das mortes prematuras por material particulado ambiental (PM 2.5), por 1 milhão de habitantes (2010-2019)



Fonte: HSD/OCDE e IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101981.pdf>.
Elaboração dos autores.

5.2 Indicadores de mercados inclusivos e funcionais

Nesta subseção focaremos nos indicadores de mercados inclusivos e funcionais, que focam em temas de mercado de trabalho, tanto do lado dos trabalhadores como do lado das empresas. Em resumo, esse conjunto de indicadores resalta o problema da desigualdade de renda no Brasil, com uma alta dispersão dos salários, e renda/produtividade baixa em comparação aos países da organização. Por sua vez, os indicadores de inclusão de empresas demonstram que o país tem avançado nos temas de inclusão digital das empresas e inclusão financeira de PMEs.

5.2.1 Nível e crescimento anual da produtividade do trabalho

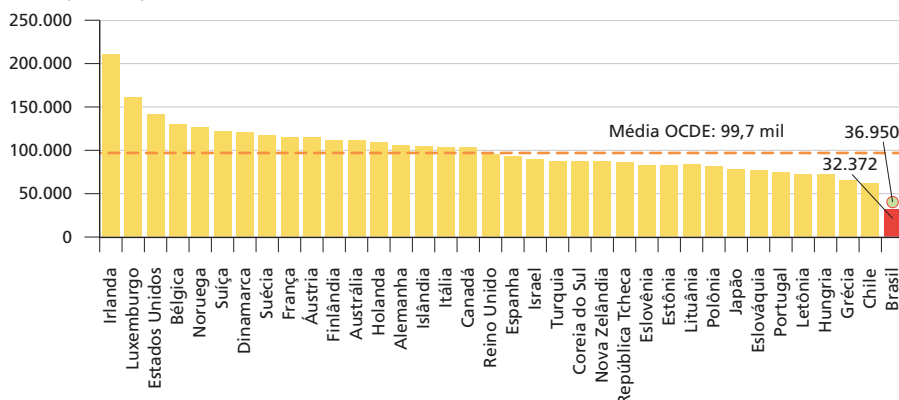
O Brasil apresenta a menor produtividade do trabalho em comparação com os países-membros da OCDE, sendo aproximadamente um terço da média da produtividade do trabalho desses países e um pouco mais da metade da produtividade do Chile, que possui a menor produtividade entre os países com dados disponíveis (gráfico 11). É importante observar que alguns países da OCDE com contextos semelhantes ao do Brasil, como Colômbia, México e Costa Rica, não possuem esse indicador.

Para calcular a produtividade do trabalho por trabalhador no Brasil, utilizamos os dados do PIB corrente em reais para o ano de 2020 e o total de trabalhadores ocupados da PNAD, também para o mesmo ano. Para converter os dados do PIB para reais, utilizamos a PPC fornecida pela OCDE. A produtividade do trabalho por trabalhador no Brasil foi calculada dividindo o PIB corrente pelo total de trabalhadores ocupados. Os dados estimados revelam uma produtividade do trabalho por trabalhador relativamente baixa em comparação com outros países da OCDE.

No entanto, os dados estimados usando os dados do IBGE não coincidem com os dados apresentados pela OCDE devido a uma diferença no total de trabalhadores considerados pela OCDE. A fonte da OCDE é a The Conference Board, mas não foi possível encontrar a fonte da informação sobre o número de trabalhadores nessa base de dados. Além disso, o número de trabalhadores apresentado no OCDE Stats não está em concordância com os valores apresentados no The Conference Board, que possui um total de trabalhadores menor do que o apresentado no OCDE Stats, mas superior ao número estimado utilizando dados da PNAD Contínua do IBGE. Essas discrepâncias ressaltam a importância da transparência na divulgação das fontes e metodologias dos dados de cada país.

GRÁFICO 11

Nível de produtividade do trabalho por trabalhador, a preços correntes e PPC (2020)
(Em US\$)



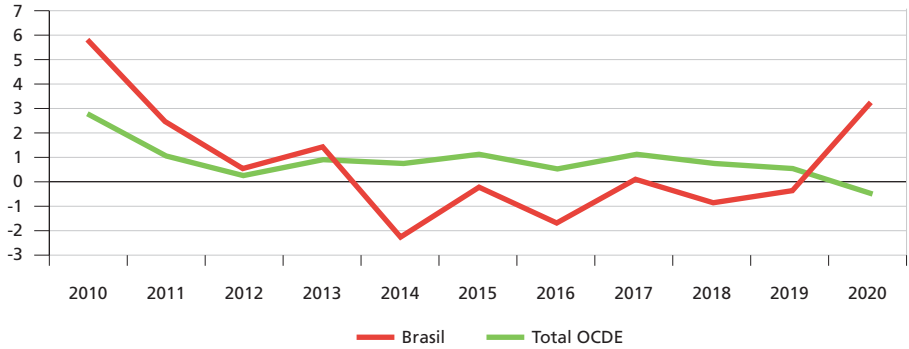
Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e IBGE, 2020.

Elaboração dos autores.

Obs.: O valor de US\$ 36.950 para o Brasil foi obtido utilizando-se os dados do IBGE; o de US\$ 32.372, utilizando-se os dados da OCDE.

Em relação à evolução do crescimento da produtividade do trabalho por trabalhador, observa-se que o Brasil apresenta uma maior instabilidade no crescimento da produtividade em comparação com a média dos países da OCDE (gráfico 12). Apesar de ter registrado um crescimento de produtividade acima da média da OCDE no último ano, a produtividade continua sendo uma das questões mais críticas para o Brasil, pois nos últimos anos (entre 2010 e 2016) houve um período de declínio na produtividade do trabalhador, além de o país apresentar a menor produtividade comparando com os países da OCDE.

GRÁFICO 12
Evolução do crescimento de produtividade do trabalho por trabalhador a preços constantes de 2015, média dos países da OCDE e Brasil (2010-2020)
(Em %)

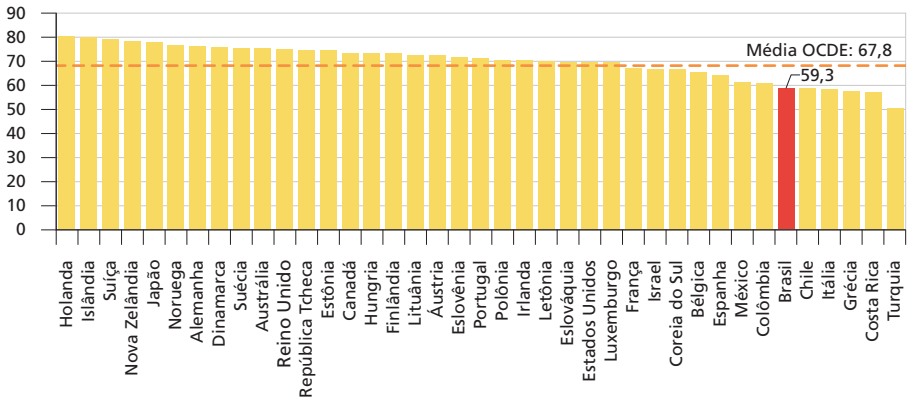


Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e IBGE, 2020.
Elaboração dos autores.

5.2.2 Taxa de emprego em relação à população

A taxa de emprego mede a razão entre o total de empregados e o total da população em idade ativa. Conforme ilustrado no gráfico 13, a taxa de emprego média para os países-membros da OCDE é de 67,8%, cerca de 8 p.p. acima da taxa para o Brasil, de 59,3%. O Brasil possui uma taxa de emprego similar a países também latino-americanos, como Colômbia, Chile e Costa Rica. Ademais, países como Itália, Grécia e Espanha também possuem taxas de emprego similares ao Brasil. Os dados da taxa de emprego estão disponíveis apenas para 2007, 2020 e 2021, de forma que não é possível analisar a tendência desse indicador para os últimos anos.

GRÁFICO 13
Taxa de emprego (2021)
(Em %)



Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e IBGE, 2020.
Elaboração dos autores.

Vale notar que a estimativa da taxa de emprego realizada utilizando os dados de empregados da PNAD Contínua, conforme indicado nos metadados da OCDE, juntamente com a projeção de população por faixa etária fornecida pelo IBGE, assemelha-se consideravelmente aos dados fornecidos pela organização. Enquanto as estimativas realizadas a partir dos dados brutos da PNAD Contínua encontraram uma taxa de emprego de 59,25%, a organização apresenta uma taxa de 59,3% (gráfico 13). A OCDE menciona apenas a PNAD Contínua para estimar a taxa de empregado no Brasil, sem especificar a fonte dos dados populacionais utilizados. Embora seja possível utilizar a PNAD Contínua para estimar tanto o total de empregados quanto o total da população entre 15 e 65 anos, nossos cálculos indicam que, ao utilizar a PNAD Contínua para ambas as variáveis, a taxa de emprego no Brasil seria de 51%, muito inferior à estimativa da organização.

5.2.3 Dispersão de ganhos

A dispersão salarial se refere à relação entre os salários dos 10% mais bem remunerados e dos 10% menos remunerados, isto é, informa a razão do salário do primeiro grupo em relação ao salário do segundo. Para os países-membros da OCDE essa razão é em média de 3,3, o que indica que o salário dos 10% no topo da distribuição de rendimento é, em média, 3,3 vezes o salário médio dos 10% com remuneração mais baixa. Já para o Brasil, essa razão é de 4,6, sendo um dos países com maior razão interdecil, atrás apenas de Chile, Colômbia e Estados Unidos. Entretanto, o valor estimado da razão interdecil com base nos dados da PNAD Contínua e metodologia indicada nos metadados da OCDE é superior ao dado apresentado nas estatísticas da OCDE para o Brasil. Considerando o valor estimado, de 5,6, o Brasil teria uma dispersão interdecil similar ao Chile, país da organização com maior valor para esse indicador (gráfico 14).

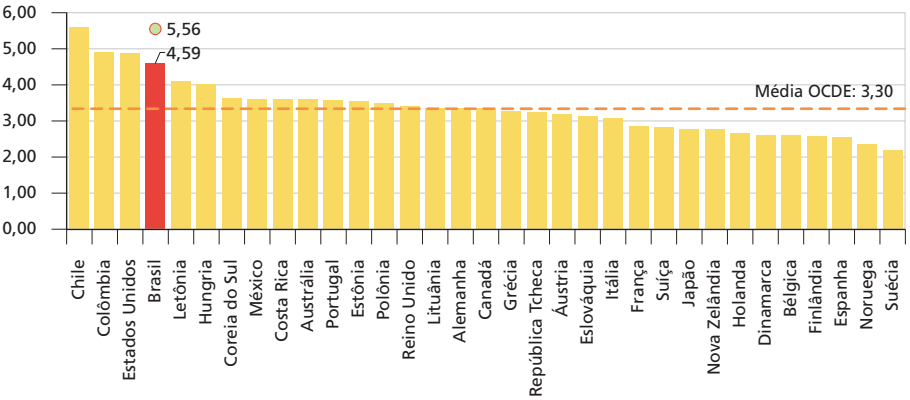
Para estimar a dispersão salarial, foi considerado o salário do primeiro e último decil de rendimento, abrangendo todos os trabalhadores em trabalho integral, isto é, se as horas habituais do trabalho principal forem igual ou maior a trinta horas por semana.¹⁸

Esse indicador corrobora os indicadores de desigualdade de renda, que ressaltam a importância para o Brasil de desenvolver políticas de distribuição de renda, dada a alta desigualdade de renda existente no país.

18. Não foi possível encontrar o critério para trabalho integral para o Brasil nos metadados da OCDE.

GRÁFICO 14

Dispersão de ganhos: razão entre os salários dos 10% mais bem remunerados e dos 10% menos remunerados (2020)



Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e IBGE, 2020.

Elaboração dos autores.

Obs.: A razão interdecil de 5,56 foi estimada com base nos dados da PNAD Contínua e metodologia indicada nos metadados da OCDE.

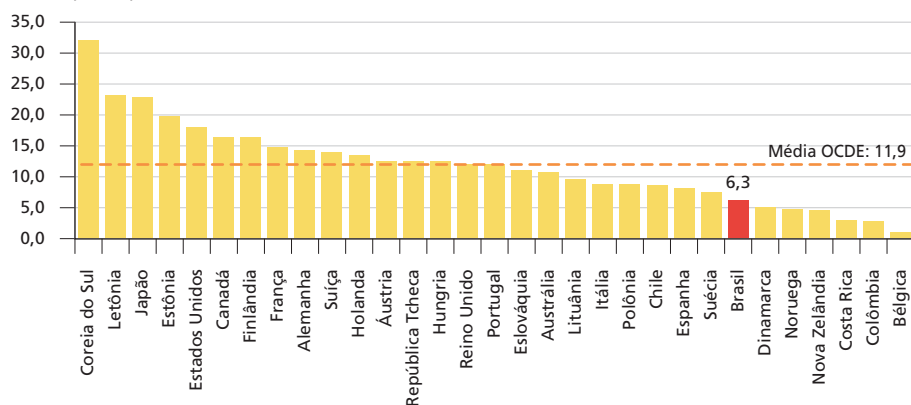
5.2.4 Diferença salarial feminina

A diferença salarial feminina é a diferença entre os ganhos medianos de homens e mulheres em relação aos ganhos medianos dos homens considerando aqueles que trabalham em período integral, medido em termos percentuais. Em média, para os países-membros da OCDE, essa diferença é igual a 11,9%, o que indica que os homens, em média, ganham 11,9% a mais que as mulheres nesses países. O Brasil apresenta uma diferença salarial de gênero significativamente inferior, de 6,3%. Isso quer dizer que no Brasil os homens ganham mais 6,3% que as mulheres (gráfico 15). Entretanto, o país apresentou um forte aumento na diferença salarial feminina em 2021, passando de 6,3% em 2020 para 9,1% em 2021 (gráfico 16). A estimativa da diferença de salário das mulheres realizada utilizando os dados da PNAD Contínua coincide com o valor apresentado pelas estatísticas da OCDE.

Ao analisar a evolução da diferença salarial de gênero vemos que o Brasil apresentou forte queda nesse indicador, superior à média da OCDE. Porém, nos últimos anos houve uma reversão dessa tendência para o país, que apresentou forte aumento na diferença salarial de gênero, significativamente superior ao observado na média da OCDE (gráfico 17), possivelmente em consequência da pandemia de covid-19, que afetou mais as mulheres em relação ao mercado de trabalho.

GRÁFICO 15

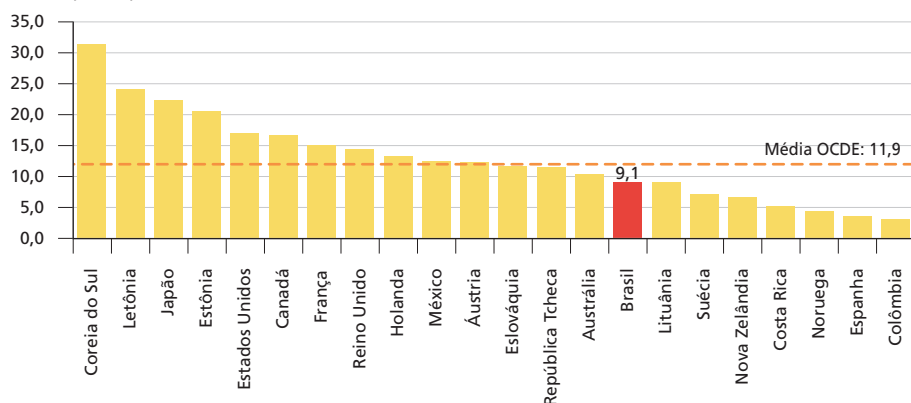
Diferença salarial de gênero: diferença de rendimento entre homens e mulheres (2020)
(Em %)



Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE, 2021; e IBGE, 2020.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 16

Diferença salarial de gênero: diferença de rendimento entre homens e mulheres (2021)
(Em %)

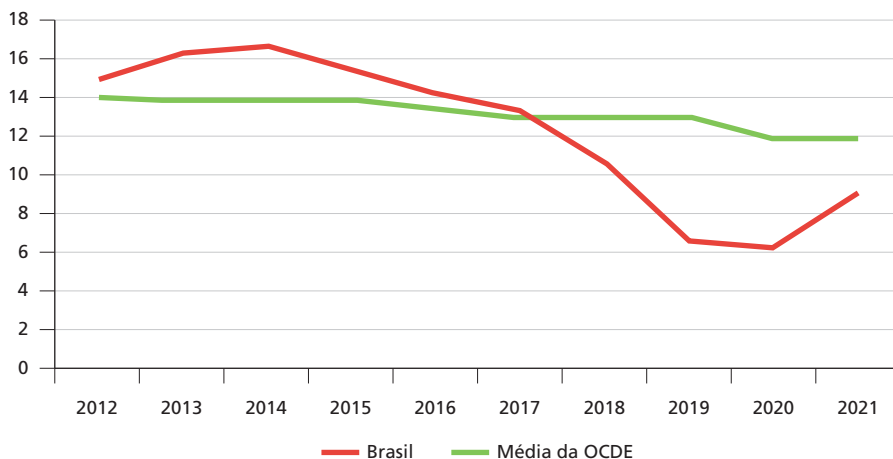


Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e PNAD Contínua/IBGE, 2021.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 17

Evolução da diferença salarial de gênero (2012-2021)

(Em %)



Fonte: Estatísticas da Força de Trabalho/OCDE e PNAD Contínua/IBGE, 2021.
Elaboração dos autores.

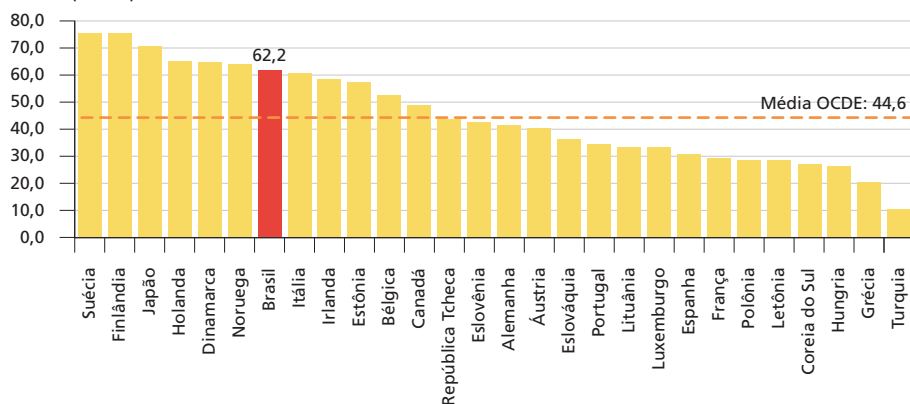
5.2.5 Acesso digital (empresas que usam serviços de computação em nuvem)

O indicador de nível de acesso digital das empresas mede o percentual de empresas que utilizam serviços de computação em nuvem. Computação em nuvem refere-se ao uso de servidores remotos hospedados na internet para armazenar, gerenciar e processar dados, em vez de servidores locais ou dispositivos pessoais. O Brasil apresenta um alto percentual de empresas que usam serviços de computação em nuvem, cerca de 62,2% em 2021 (gráfico 18). Esse valor é de 44,6% para a média de países da OCDE. O Brasil, em termos de acesso digital, possui um indicador similar aos países mais desenvolvidos dentro do grupo de países-membros da organização, como Suécia, Finlândia, Japão, Dinamarca e Noruega.

Ademais, recentemente houve um forte aumento no acesso digital das empresas, tanto para o Brasil como na média da OCDE, sendo que o primeiro apresentou um crescimento mais intenso (gráfico 19). O Brasil teve um aumento de aproximadamente 55% no percentual de empresas com acesso digital entre 2017 e 2021, enquanto a média dos países da OCDE cresceu cerca de 44,6%. Parte desse crescimento pode ter decorrido da intensa digitalização e adaptação das empresas ao trabalho remoto impulsionadas pela pandemia.

GRÁFICO 18

Empresas que pagaram por serviços de computação em nuvem (2021)
(Em %)

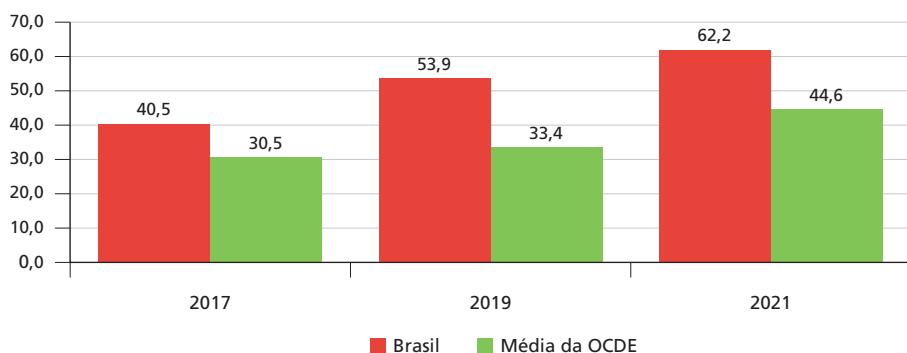


Fonte: ICTD/OCDE.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 19

Evolução do percentual de empresas que pagaram por serviços de computação em nuvem (2017, 2019 e 2021)
(Em %)



Fonte: ICTD/OCDE.

Elaboração dos autores.

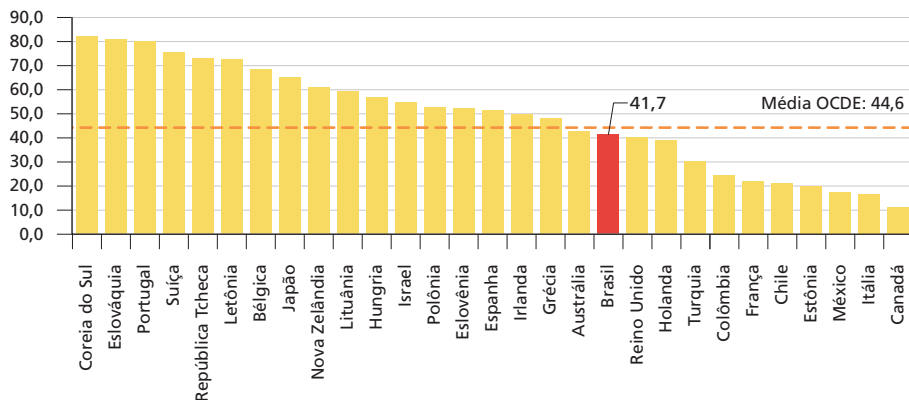
5.2.6 Empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas

Quanto à inclusão de PMEs, o indicador de percentual de empréstimos a PMEs em relação ao total de empréstimos a empresas para o Brasil é muito próximo à média dos países da OCDE que possuem esse indicador para 2020. Cerca de 42% dos empréstimos totais são voltados para PMEs no país, enquanto a média da OCDE é aproximadamente 45% (gráfico 20). Nos últimos anos, com a crise econômica no Brasil desde 2015, houve uma redução no percentual de empréstimos a PMEs, fazendo com que o país se distanciasse da média da OCDE, que apresenta um

percentual estável nos últimos anos. Entretanto, a partir de 2018, essa proporção de empréstimos voltou a crescer no país, se aproximando novamente da média da OCDE (gráfico 21).

GRÁFICO 20

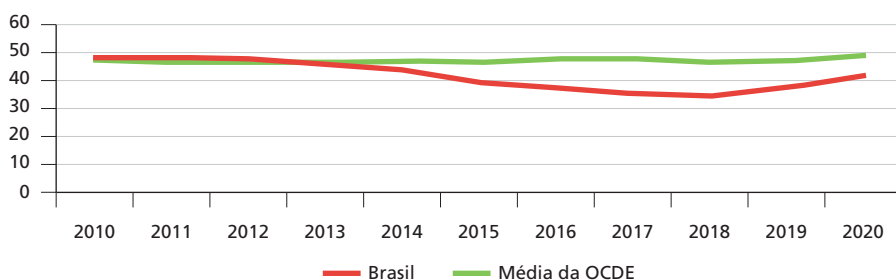
Empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas (2020)
(Em %)



Fonte: OECD (2022b).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 21

Evolução dos empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas (2010-2020)
(Em %)



Fonte: OECD (2022b).
Elaboração dos autores.

5.3 Indicadores de oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura

Nesta subseção iremos analisar os indicadores de oportunidades iguais, que estudam principalmente aspectos como o acesso à educação, a capacidade de movimentação social entre classes e o acesso a oportunidades iguais. Os indicadores de oportunidades iguais indicam que no país o *status* socioeconômico ainda é um fator importante para explicar a diferença entre desempenho na educação, além de apresentarem uma alta taxa de jovens que não encontram oportunidades

de trabalho nem de estudo e baixa taxa de matrícula entre crianças menores de 2 anos. Em todos os resultados o Brasil está no quartil com piores indicadores, mostrando que deve ser uma área de atenção de políticas, para tornar mais igualitárias as oportunidades.

5.3.1 Variação no desempenho em ciências explicada pelo *status* socioeconômico dos alunos

O indicador de variação no desempenho em ciências explicado pelo *status* econômico busca medir a importância do *status* socioeconômico dos alunos para determinar seu desempenho, isto é, o coeficiente de correlação entre o *status* socioeconômico e o desempenho em ciências, que é dado em percentual. Ou seja, quanto maior o valor desse indicador, maior o peso do *status* socioeconômico para explicar o desempenho educacional, o que indica que não há oportunidades educacionais para todos, visto que aqueles com melhores condições parecem acessar melhores condições de estudo.

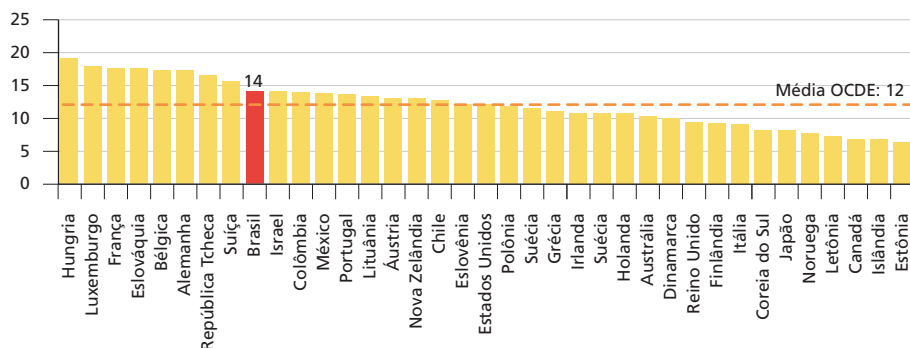
Os dados desse indicador foram obtidos dos relatórios dos resultados da prova Pisa de 2018. De acordo com os dados da OCDE e das publicações do Pisa, o valor desse indicador para o Brasil é de 14%, o que significa que 14% da variação nas notas de ciência é explicada pelo indicador de *status* socioeconômico. Esse percentual é um pouco acima da média dos países-membros da OCDE, que é de 12%, mas menor que em alguns países da OCDE como Hungria, Luxemburgo, França, Eslováquia e Bélgica, onde o percentual chega até 19% (gráfico 22).

Ademais, para 2015, ano anterior mais próximo de 2018 para o qual esse indicador está disponível na base de dados da prova Pisa, o percentual da variação no desempenho em ciência explicada pelo *status* socioeconômico do Brasil era de 12%, abaixo da média dos países da OCDE no mesmo período, que foi de 13% (OECD, 2016).

GRÁFICO 22

Variação no desempenho em ciência explicada pelo *status* socioeconômico dos alunos (2018)

(Em %)



Fonte: OECD (2019).

Elaboração dos autores.

5.3.2 Taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância (crianças de 0 a 2 anos)

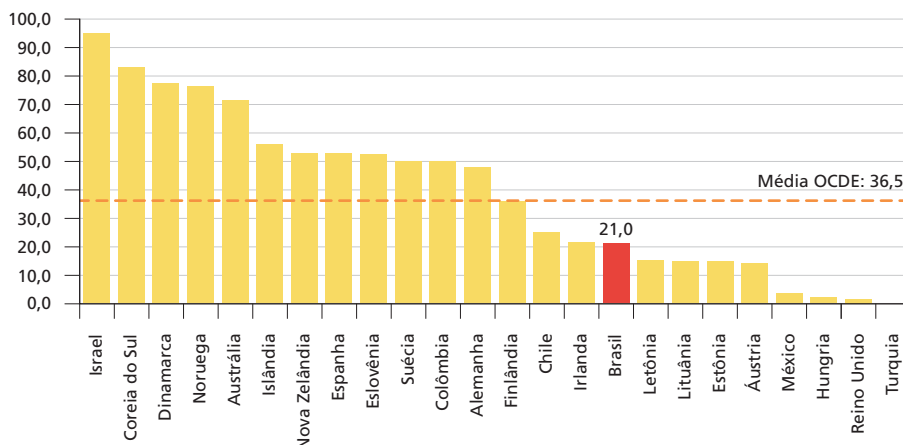
A taxa de inscrição em cuidados na primeira infância, considerando crianças de até 2 anos de idade, foi calculada a partir das informações contidas na base de dados *Education at a Glance 2022: OECD indicators* (OECD, 2022a), que fornece dados do total de crianças matriculadas por idade e o total da população por idade. Assim, a taxa de inscritos é calculada pela divisão do total de crianças até 2 anos matriculadas na primeira infância pelo total de crianças até 2 anos em um determinado país. Os dados para o Brasil estão disponíveis até 2020, ano com maior número de países com informação sobre o total de crianças matriculadas. É importante ressaltar que um número relevante de países-membros da OCDE, como Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Japão e Estados Unidos, não possui informações sobre esse indicador, de forma que sua comparação com os demais países é mais limitada.

O Brasil apresenta uma taxa de inscrição na pré-escola de 21%, inferior à média de países da OCDE, que é de 36% (gráfico 23). A média dos países da OCDE é elevada pelas altas taxas de matrícula na pré-escola em países como Israel, Coreia do Sul, Dinamarca, Noruega e Austrália, que possuem taxas de matrícula superiores a 70%. Já em países como Chile, Irlanda, Letônia, Lituânia, Estônia, Áustria e México as taxas de matrícula são similares ou menores que a observada para o Brasil. Nota-se que há uma grande variação entre os países da OCDE em relação a esse quesito.

GRÁFICO 23

Taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância entre crianças de até 2 anos (2020)

(Em %)



Fonte: OECD (2019).

Elaboração dos autores.

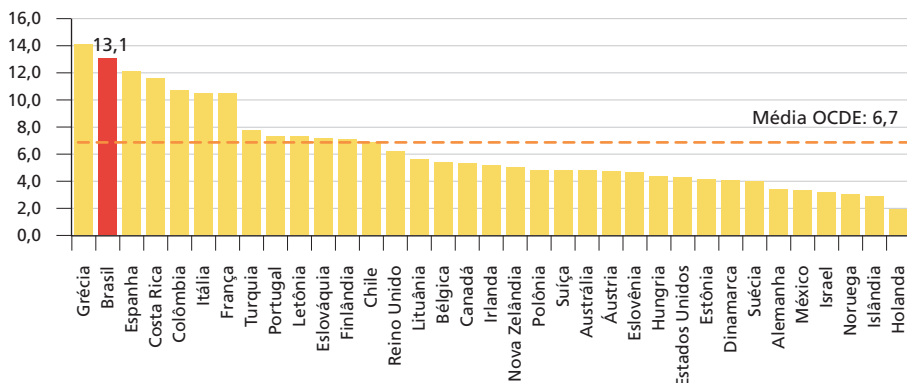
5.3.3 Jovens não empregados nem em educação e formação (18 a 24 anos)

A proporção de jovens NEET (entre 18 e 24 anos) informa sobre as oportunidades na transição da educação para o mercado de trabalho. O Brasil apresenta um dos mais altos percentuais de jovens entre 18 e 24 anos que não estão nem empregados nem estudando, de aproximadamente 13%. O indicador foi estimado utilizando os dados da PNAD Contínua, e foi encontrado um valor ligeiramente menor que o apresentado nas estatísticas da OCDE, de 12,9%, enquanto o da organização é 13,1% para o Brasil.

Comparativamente à média dos países da OCDE, o Brasil possui um percentual de jovens NEET um pouco menor que o dobro da média de 6,7%. Entretanto, países como Grécia, Espanha e Costa Rica também apresentam elevados índices de jovens NEET (gráfico 24).

GRÁFICO 24

Jovens de 18 a 24 anos não empregados nem em educação (2021)
(Em %)



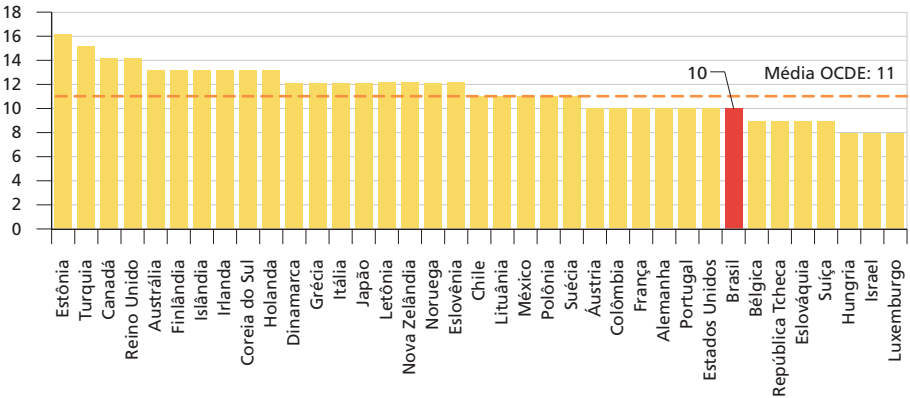
Fonte: OECD (2022a); e PNAD Contínua/IBGE, 2021.
Elaboração dos autores.

5.3.4 Alunos resilientes

O indicador de alunos resilientes estima o percentual de alunos no quartil inferior do índice Pisa de ESCS de um determinado país que se destacam no quartil superior dos alunos entre todos os países ou economias. O Brasil possui um indicador próximo à média da OCDE e igual ao de vários países da organização, como França, Áustria, Colômbia, Alemanha, Portugal e Estados Unidos. Como observado no gráfico 25, 10% dos alunos no quartil inferior do índice de ESCS no Brasil alcançam o quartil superior de desempenho acadêmico, considerando todos os países. Esse percentual é levemente inferior à média dos países da OCDE, em que 11% desses alunos estão no decil mais alto de desempenho acadêmico.

Vale notar que há pouca variação nesse indicador entre os países, com grande parte possuindo um indicador que varia de 13% a 10%.

GRÁFICO 25
Alunos resilientes (2018)
(Em %)



Fonte: OECD (2019).
Elaboração dos autores.

5.4 Indicadores de governança

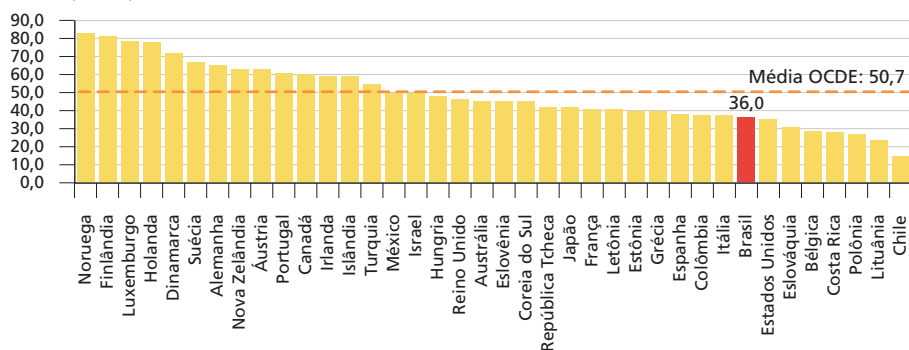
A seguir serão analisados os indicadores de governança, relacionados à participação política e eleitoral e à confiança da população no governo. De acordo com a análise desses indicadores para o Brasil, o país possui uma alta participação eleitoral e um nível de confiança no governo nacional mediano, em relação aos países-membros da OCDE. O país, contudo, precisa direcionar esforços para melhorar a participação feminina na política, que é uma das mais baixas comparativamente ao grupo de países da organização.

5.4.1 Confiança no governo

O nível de confiança no governo é medido pelo percentual da amostra que afirma confiar no governo nacional. De acordo com os dados mais recentes, de 2020, 51% dos indivíduos confiam no governo nacional na média dos países-membros da OCDE. Esse percentual é de 36% para o Brasil, valor parecido com o apresentado para outros países da OCDE, como Estados Unidos, Colômbia e Espanha. Há grande variação nesse indicador entre os países do grupo: de um lado, na Noruega, mais de 80% dos indivíduos afirmaram confiar no governo nacional; de outro, no Chile, país com a menor confiança no governo nacional, esse percentual é inferior a 20% (gráfico 26).

GRÁFICO 26

Indivíduos que afirmam confiar no governo nacional (2020)
(Em %)



Fonte: OECD (2021).

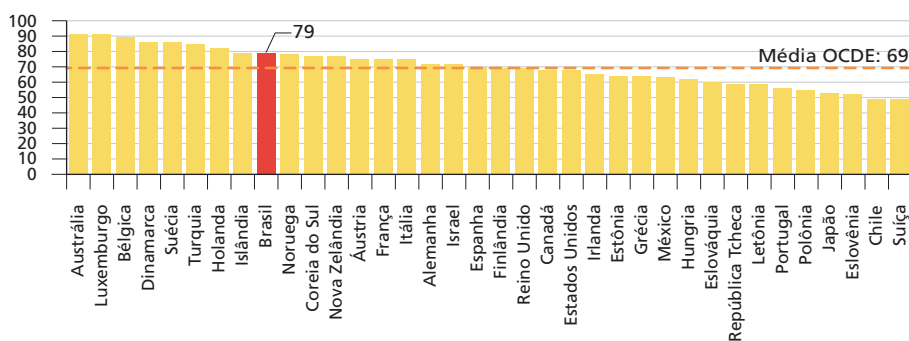
Elaboração dos autores.

5.4.2 Participação eleitoral

No Brasil o voto é obrigatório, todo indivíduo de 18 anos ou mais, até 65 anos, deve votar nas eleições. As pessoas entre 16 e 18 anos e com mais de 65 anos podem votar, mas o voto nessas faixas etárias é facultativo. Com isso, o Brasil apresenta uma elevada participação eleitoral, com 79% dos eleitores comparecendo às urnas, valor 10 p.p. superior à média dos países da OCDE, que tiveram uma participação eleitoral média de 69% (gráfico 27). Vale ressaltar que o dado apresentado pela OCDE para o Brasil está de acordo com a estatística de participação eleitoral apresentada pelo TSE.¹⁹

GRÁFICO 27

População com título de eleitor que compareceu à votação (2017)
(Em %)



Fonte: Better Life Index/OCDE. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/data/oecd-social-and-welfare-statistics/better-life-index-edition-2017_678d7570-en.

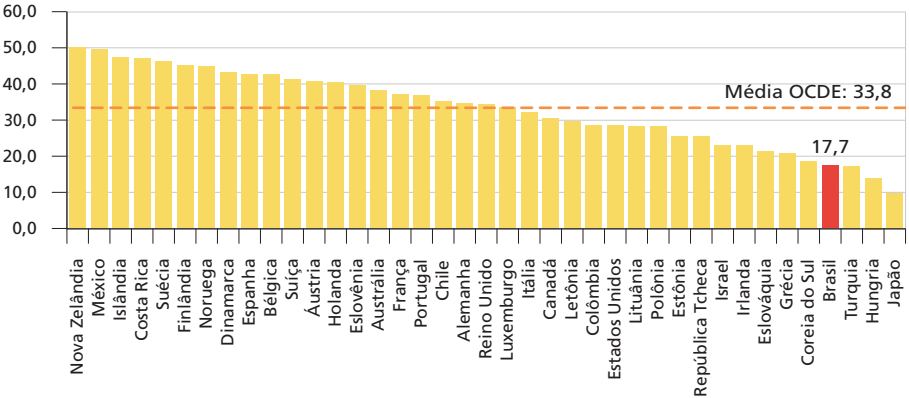
Elaboração dos autores.

19. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/home?session=204017029570305>. Acesso em: 11 maio 2023.

5.4.3 Participação política feminina

O indicador de participação feminina no Legislativo, que considera as câmaras legislativas ou câmara única em países parlamentares, exhibe considerável variação entre os países integrantes da OCDE (gráfico 28). O dado para o Brasil foi comparado com o percentual de mulheres na Câmara Legislativa, conforme informação disponível em seu *site*, logo foi possível observar que os dados provenientes da Parline são congruentes com os dados divulgados pela Câmara Legislativa nacional.

GRÁFICO 28
Participação feminina no Legislativo (2023)
(Em %)



Fonte: Parline.
Elaboração dos autores.

Dos 38 países da OCDE, quatorze possuem uma proporção de mulheres em seus legislativos superior a 40%, incluindo Nova Zelândia (50,4%), México (50,0%), Islândia (47,6%) e Suécia (46,4%). Em contrapartida, outros quatorze países possuem proporções inferiores a 30%, sendo o Japão aquele com a menor proporção de representantes femininas em seu Legislativo, com apenas 9,9%. Além do Japão, a Hungria, a Turquia e a Coreia do Sul possuem baixos níveis de representatividade feminina, com proporções de 14,1%, 17,4% e 18,6%, respectivamente.

O Brasil apresenta uma proporção de participação feminina na Câmara dos Deputados semelhante àquele grupo de países pertencentes à OCDE com menores taxas de participação feminina no Legislativo. É válido ressaltar que o Brasil tem apresentado um aumento gradual no número de candidatas e deputadas eleitas, indicando uma tendência de crescimento em relação à participação feminina na política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores de crescimento inclusivo analisados neste estudo são, em sua maioria, indicadores primários amplamente adotados por organizações internacionais como o Banco Mundial e a OCDE. A construção desses indicadores segue uma metodologia bem estabelecida, o que resultou em um consenso quanto à sua utilização e interpretação. É relevante ressaltar que o Brasil já possui dados adaptados para a maioria desses indicadores, possibilitando a comparação do país com outras nações pertencentes à OCDE. Monitorar continuamente esses indicadores é fundamental para avaliar o progresso na redução das desigualdades e o alcance de um crescimento econômico mais inclusivo.

O quadro 3 apresenta um resumo dos indicadores analisados neste capítulo, classificados com base na disponibilidade de dados para o Brasil. Os indicadores são divididos em duas categorias: i) aqueles para os quais a OCDE já possui dados específicos para o Brasil; e ii) aqueles que não podem ser estimados para o Brasil devido à falta de dados disponíveis. Essa classificação proporciona uma compreensão mais precisa da situação do Brasil em relação aos indicadores de crescimento inclusivo analisados neste estudo, além de identificar quais indicadores requerem uma análise adicional da confiabilidade dos dados utilizados pela OCDE.

Conclui-se, portanto, que uma análise abrangente do crescimento inclusivo com base nos dados da OCDE é viável, considerando que o Brasil possui informações para a maioria dos indicadores. É importante ressaltar que a consolidação dos indicadores de crescimento inclusivo é recente na OCDE, havendo apenas uma publicação abordando o assunto. Assim, mesmo entre os países-membros da organização, esses indicadores ainda não estão totalmente consolidados. Não há um sistema de coleta consistente como em outras áreas temáticas que a OCDE analisa e monitora há mais tempo, como comércio internacional, governança e infraestrutura.

Por exemplo, Bélgica, Chile, Colômbia, Japão e Turquia não possuem dados sobre a renda disponível, de forma que não dispõem de indicadores de distribuição de renda baseados nesse dado. Quanto ao indicador de distribuição de riqueza, que não está disponível para o Brasil por não haver uma base de dados com informação sobre riqueza, outros nove países da OCDE também não possuem essa informação.²⁰ Alguns países desenvolvidos, como Alemanha, Estados Unidos, Suíça e Luxemburgo, não possuem informação para alguns dos indicadores para os quais o Brasil possui dados atualizados, como no caso dos indicadores de acesso digital, porcentagem de empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas e taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância (crianças de 0 a 2 anos).

20. Além do Brasil, os seguintes países da OCDE não possuem esse indicador: Colômbia, Costa Rica, Islândia, Israel, México, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

QUADRO 3

Indicadores de crescimento inclusivo e *status* para o Brasil

Grupo de indicadores	Indicador	Status do indicador para o Brasil
Crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento	Crescimento do PIB <i>per capita</i> (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Nível e crescimento médio da renda (porcentagem; dólar PPC)	OCDE já possui dados para o Brasil
	S80/S20 participação na renda (proporção)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Parcela de riqueza de 40% na base e de 10% no topo (porcentagem da riqueza líquida familiar)	Não pode ser estimado para o Brasil
	Expectativa de vida ao nascer (número de anos de vida)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Mortalidade por poluição do ar (mortes por 1 milhão de habitantes)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Taxa de pobreza relativa (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
Mercados inclusivos e funcionais	Nível e crescimento anual da produtividade do trabalho (porcentagem; dólar PPC)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Taxa de emprego em relação à população (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Dispersão de ganhos (razão interdecis)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Diferença salarial feminina (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Emprego involuntário de meio período (porcentagem)	Não pode ser estimado para o Brasil
	Acesso digital – empresas que usam serviços de computação em nuvem (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Empréstimos a PMEs no total de empréstimos a empresas (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
Oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura	Variação no desempenho em ciências explicada pelo <i>status</i> socioeconômico dos alunos (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Correlação de resultados de ganhos entre gerações (coeficiente)	Não pode ser estimado para o Brasil
	Taxa de inscrição em serviços de educação e cuidados na primeira infância (crianças de 0 a 2 anos) (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Jovens não empregados nem em educação e formação (18 a 24 anos) (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Proporção de adultos com pontuação abaixo do nível 1 em alfabetização e matemática (porcentagem)	Não pode ser estimado para o Brasil
	Diferença de expectativa de vida regional (porcentagem da diferença)	Não pode ser estimado para o Brasil
	Alunos resilientes (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
Governança	Confiança no governo (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Participação eleitoral (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil
	Participação política feminina (porcentagem)	OCDE já possui dados para o Brasil

Elaboração dos autores.

Portanto, a temática do crescimento inclusivo pode ser estratégica para negociações com a OCDE, uma vez que o Brasil já possui informações para quase todos os indicadores relacionados ao tema, e é uma área de grande importância para o governo. Além disso, muitos países da OCDE possuem menos informações que o Brasil nessa área e apresentam desempenho inferior em diversos indicadores. Por exemplo, a Costa Rica não possui nove dos indicadores analisados, a Colômbia e a Turquia não possuem sete dos indicadores, e México e Islândia não possuem cinco dos 24 indicadores, assim como o Brasil.

Ademais, pelo menos dois desses indicadores para os quais a OCDE não possui dados atualmente para o Brasil poderiam ser calculados com pequenas ações: o percentual de emprego involuntário de meio período seria possível de se estimar para o Brasil com um ajuste no questionário da PNAD Contínua, incluindo-se uma pergunta sobre o motivo para trabalhar meio período; já a diferença de expectativa de vida regional poderia ser estimada utilizando informações do Sistema Único de Saúde de nascimentos e óbitos por região. Seria possível também obter aproximações para o indicador da parcela de riqueza de 40% na base e parcela de riqueza de 10% no topo utilizando os dados da Receita Federal em conjunto com dados de renda da PNAD Contínua, para captar informações de riqueza de toda a distribuição de renda do país.

Vale ponderar, também, que os indicadores para os quais o Brasil não possui informação não são amplamente utilizados por outras agências internacionais, sendo mais utilizados em países desenvolvidos, principalmente da União Europeia. Os indicadores para os quais o Brasil possui dados, em geral, são indicadores mais amplamente coletados e analisados, como taxa de emprego, expectativa de vida, produtividade do trabalho e diferença salarial de gênero.

A tabela 2 apresenta um resumo dos resultados da análise comparativa entre os dados do Brasil e a média dos países-membros da OCDE, destacando os valores encontrados para cada componente. Em seguida, são apontadas as principais conclusões decorrentes dessa análise.

TABELA 2
Resumo dos resultados da comparação entre os indicadores do Brasil e dos países-membros da OCDE

Grupo de indicadores	Indicador	Média OCDE	Brasil	Relação entre Brasil e OCDE (%)	Ano
Crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento	PIB <i>per capita</i>	US\$ 41.694,00	US\$ 13.485,00	32	2020
	Mediana da renda	US\$ 24.070,60	US\$ 6.941,70	29	2016
	S80/S20	5,5	14,5	262	2016
	Taxa de pobreza	0,1%	0,2%	183	2016
	Mortalidade por poluição do ar	275,2	206,6	75	2019
	Expectativa de vida	80,6	76,1	94	2020
Mercados inclusivos e funcionais	Produtividade do trabalho	US\$ 99.799,00	US\$ 32.372,30	32	2020
	Taxa de emprego	67,8%	59,0%	87	2021
	Dispersão de ganhos	3,3	4,6	139	2020
	Diferença salarial de gênero	11,9%	6,3%	53	2020
	Acesso digital	44,6%	62,2%	140	2021
	Empréstimo para PMEs	49,0%	41,7%	85	2020
Oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura	Variação no desempenho escolar explicada pelo <i>status</i> socioeconômico	12,0%	14,0%	117	2018
	Taxa de inscrição em creches	36,5%	21,0%	58	2020
	Jovens não empregados nem em educação	6,7%	13,1%	196	2021
	Alunos resilientes	11,3%	10,0%	88	2018
Governança	Confiança no governo	50,7%	36,0%	71	2020
	Participação eleitoral	69,0%	79,0%	114	2017
	Participação feminina na política	33,8%	17,7%	52	2023

Fonte: OCDE.
Elaboração dos autores.

A análise dos resultados para o Brasil permite as conclusões descritas a seguir.

- O país já disponibiliza os principais indicadores de crescimento inclusivo utilizados pela OCDE. De fato, o Brasil possui uma gama de dados mais abrangente que alguns países que ingressaram mais recentemente na organização, como Costa Rica, Colômbia, Turquia, México e Islândia, que também não possuem dados disponíveis para todos os indicadores. Ademais, com pequenos ajustes no questionário da PNAD Contínua, pesquisa de amostra de domicílios mais utilizada para estimar indicadores de mercado de trabalho, seria possível estimar

também o percentual de emprego involuntário de meio período, e com desenvolvimento de metodologia, seria possível calcular a dispersão da expectativa de vida regional para o país, ampliando ainda mais a abrangência dos seus indicadores de crescimento inclusivo.

- É recomendável que o país expanda os dados relacionados à renda, para coletar informações de tributos e taxas pagas pelas famílias, além dos rendimentos, para aprimorar as estimativas da renda disponível, que é um dado fundamental para a construção de vários indicadores de crescimento inclusivo. Atualmente, a renda equivalente é estimada por meio do uso de dados complementares à PNAD Contínua, mas seria possível considerar a expansão da PNAD Contínua para obter as informações necessárias para o cálculo mais preciso da renda disponível, como os tributos diretos e indiretos pagos e as contribuições previdenciárias. Essas medidas seriam benéficas para fortalecer ainda mais a disponibilidade de dados e melhorar a precisão das estimativas, permitindo uma análise mais robusta do crescimento inclusivo no Brasil em comparação com outros países da OCDE.
- Os indicadores de crescimento inclusivo revelam que o Brasil possui uma das maiores disparidades de renda e rendimentos entre os países mais desenvolvidos e membros da OCDE. O país apresentou o pior desempenho para três dos dezenove indicadores para os quais possui informação: a razão entre a renda mediana recebida pelo quintil superior e a renda mediana do primeiro quintil, a taxa de pobreza e a produtividade do trabalho. Outro indicador preocupante é a produtividade do trabalho no Brasil, que é a mais baixa em comparação com os países-membros da OCDE. A baixa produtividade também se reflete nos baixos rendimentos médios e no PIB *per capita* do país.
- Para outros três indicadores o país apresentou o segundo pior resultado entre os países-membros da OCDE: o PIB *per capita*, a renda mediana e o percentual de jovens não empregados nem em educação.
- Apesar da significativa desigualdade de renda no país, a desigualdade de gênero no Brasil é uma das menores entre os países-membros da OCDE. Os indicadores de igualdade de gênero mostram tendências contraditórias, pois embora a diferença salarial entre gêneros seja uma das menores em comparação com os países da OCDE, a participação feminina na política é praticamente a metade da média da organização.
- O Brasil se destaca positivamente na inclusão e funcionalidade do mercado para empresas, com uma alta taxa de digitalização empresarial e acesso a crédito para PMEs.

- Em relação aos indicadores de igualdade de oportunidades, verifica-se que o *status* socioeconômico continua sendo um fator significativo na explicação das disparidades educacionais. Além disso, há uma alta proporção de jovens enfrentando dificuldades para encontrar oportunidades de emprego ou estudo e uma baixa taxa de matrícula de crianças menores de 2 anos.
- O Brasil possui um alto índice de participação eleitoral, superando a média dos países-membros da OCDE. No entanto, em termos de confiança no governo o país apresenta um percentual inferior à média da organização.
- O país tem *performance* acima da média da OCDE, isto é, apresenta um desempenho melhor que a média da OCDE apenas para quatro indicadores de crescimento inclusivo: mortalidade por poluição do ar, diferença de gênero, acesso digital e participação eleitoral. Quando olhamos para participação eleitoral é importante notar que no país o voto é obrigatório para todos os indivíduos entre 18 e 65 anos.
- Embora o país apresente um desempenho pior que a média da OCDE para a maioria dos indicadores de crescimento inclusivo, ele não é o único. Entre os países-membros da organização há grande desigualdade no que se refere a esses indicadores, e uma considerável variação entre os valores, com alguns membros apresentando níveis de indicadores semelhantes ao do Brasil. Por exemplo, a Turquia, além de possuir dados para um conjunto de indicadores menor que o Brasil, tem desempenho pior em seis dos indicadores em comum aos dois países. O México também tem *performance* pior que o país em seis indicadores. Apesar de esses exemplos serem mais comuns entre os países em desenvolvimento como o Brasil, podemos observar que alguns países desenvolvidos também apresentam resultados piores que a média da OCDE, por exemplo, os Estados Unidos, que têm desempenho pior que a média dos indicadores em nove dos dezenove indicadores analisados.

A análise dos indicadores revela que o Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer para aprimorar a inclusão e garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, visto que o país apresentou um desempenho inferior à média da OCDE para a grande maioria dos indicadores. É importante destacar que outros países da OCDE também enfrentam desafios semelhantes, o que ressalta a importância desse tema e a necessidade contínua de monitorar e avaliar políticas destinadas a promover uma maior inclusão e igualdade entre os países-membros da organização e seus parceiros. Essa abordagem é essencial para encontrar soluções que promovam um crescimento inclusivo e equitativo.

7 RECOMENDAÇÕES

A partir do diagnóstico do país, e com base em revisão dos documentos sobre crescimento inclusivo da OCDE, enumeram-se a seguir recomendações de políticas voltadas para as questões do Brasil.

- 1) Expansão dos dados de renda: é importante expandir os dados relacionados à renda, para coletar, além do rendimento, dados sobre tributos e contribuições pagas pelas famílias, de forma a aprimorar as estimativas da renda disponível para o país. Isso permitirá uma análise mais precisa dos indicadores de crescimento inclusivo.
- 2) Inclusão de questão sobre o motivo do emprego de meio período: deve-se incluir este dado na pesquisa de amostra em domicílio, a PNAD Contínua, que já possui informação sobre as horas médias trabalhadas, permitindo, assim, analisar também o percentual de emprego involuntário de meio período.
- 3) Realização de novas estimativas com dados de registros já existentes: a diferença de expectativa de vida regional poderia ser estimada utilizando informações do Sistema Único de Saúde de nascimentos e óbitos por região, e a parcela de riqueza de 40% na base e de 10% no topo poderia ser estimada utilizando os dados da Receita Federal em conjunto com os dados de renda da PNAD Contínua.
- 4) Redução das disparidades de renda: dado o alto nível de desigualdade de renda no Brasil, é crucial implementar políticas para reduzir essa disparidade. Isso pode incluir medidas como a implementação de políticas de redistribuição de renda e de programas de transferência de renda para os mais vulneráveis e a promoção de maior equidade no acesso a oportunidades econômicas. Outra política importante que afeta a desigualdade da renda disponível se refere às políticas tributárias, de modo que pode ser favorável ao país implementar uma tributação menos regressiva, com maior tributação de renda e menor tributação indireta.
- 5) Promoção da igualdade de gênero na política: é necessário fortalecer a participação feminina na política. Políticas que incentivem e promovam a igualdade de gênero na representação política podem contribuir para uma maior inclusão e igualdade.
- 6) Aumento da produtividade: a baixa produtividade do trabalho é um desafio significativo para o Brasil. É fundamental implementar políticas voltadas para o aumento da produtividade, como investimentos em educação e capacitação profissional, promoção da inovação tecnológica e melhoria do ambiente de negócios para incentivar o crescimento e a competitividade das empresas.

- 7) Fortalecimento da educação e igualdade de oportunidades: investir na qualidade da educação é essencial para garantir igualdade de oportunidades. Políticas que visem reduzir as disparidades educacionais, especialmente relacionadas ao *status* socioeconômico, são fundamentais. Além disso, é importante promover o acesso equitativo à educação desde a primeira infância, garantindo que todas as crianças e famílias tenham oportunidades de aprendizado desde cedo, além de permitir uma maior participação de mulheres com filhos no mercado de trabalho.
- 8) Fortalecimento da confiança no governo: para melhorar a confiança no governo, é importante promover transparência, prestação de contas e participação cidadã. Políticas que incentivem a participação ativa da sociedade civil, promovam a transparência nas ações governamentais e garantam a responsabilidade dos líderes públicos podem contribuir para fortalecer a confiança no governo.

Essas recomendações visam promover um crescimento inclusivo, reduzir as desigualdades e garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros. É crucial que essas políticas sejam implementadas de forma contínua e acompanhadas por monitoramento e avaliação rigorosos para garantir que estejam alcançando os resultados desejados.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes in the long run of history. **Journal of Economic Literature**, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jel.49.1.3>.

BALESTRA, C. *et al.* **Inequalities in emerging economies: informing the policy dialogue on inclusive growth**. Paris: OECD, 2018. (OECD Statistics Working Papers, n. 2018/13). Disponível em: <https://doi.org/10.1787/6c0db7fb-en>.

BURKHAUSER, R. V. *et al.* Recent trends in top income shares in the United States: reconciling estimates from march CPS and IRS tax return data. **Review of Economics and Statistics**, v. 94, n. 2, p. 371-388, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1162/REST_a_00200.

CETIC.BR – CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa TIC Empresas: resumo executivo**. [s.l.]: Cetic.br, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121123006/resumo_executivo_tic_empresas_2021.pdf.

EUROPEAN COMMISSION *et al.* **System of National Accounts 2008**. New York: UN, 2009. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/sna2008.pdf>.

FÖSTER, M.; LLENA-NOZAL, A.; NAFILYAN, V. **Trends in top incomes and their taxation in OECD countries**. Paris: OECD, 2014. (OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n. 159). Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5jz43jhlz87f-en>.

IMMERVOLL, H. *et al.* Simulating Brazil's tax-benefit system using Brahms, the Brazilian household microsimulation model. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 2, p. 203-223, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000200004>.

INTERNATIONAL IDEA – INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Voter turnout database codebook**. Stockholm: International Idea, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31752/idea.2018.69>.

JENKINS, S. P. Pareto models, top incomes and recent trends in UK income inequality. **Economica**, v. 84, n. 334, p. 261-289, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ecca.12217>.

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. **Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies**. Brasília: International Poverty Centre, 2004. (Working Paper, n. 1). Disponível em: <https://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/IPCWorkingPaper1.pdf>.

KLASEN, S. **Measuring and monitoring inclusive growth: multiple definitions, open questions, and some constructive proposals**. Mandaluyong: ADB, 2010. (Sustainable Development Working Papers, n. 12). Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/28492/adb-wp12-measuring-inclusive-growth.pdf>.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Pisa 2015 results: excellence and equity in education**. Paris: OECD, 2016. v. 1. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264266490-en.pdf?expires=1686684014&id=id&accname=guest&checksum=58A3E52A46996916E4024BA1B1B938CA>.

_____. **Opportunities for all: a framework for policy action on inclusive growth**. Paris: OECD, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264301665-en>.

_____. **The productivity-inclusiveness nexus**. Paris: OECD Publishing, 2018b. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/economics/the-productivity-inclusiveness-nexus_9789264292932-en.

_____. **Pisa 2018 results:** where all students can succeed. Paris: OECD, 2019. v. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b5fd1b8f-en>.

_____. Core government results. In: OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Government at a glance 2021**. Paris: OECD Publishing, 2021. chap. 13. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/1c258f55-en.pdf?expires=1700248308&id=id&accname=ocid54025470&checksum=506B035CD4C4C4E13897CE5DD6A1F726>.

_____. **Education at a glance 2022:** OECD indicators. Paris: OECD, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>.

_____. **Financing SMEs and entrepreneurs 2022:** an OECD scoreboard. Paris: OECD Publishing, 2022b. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/financing-smes-and-entrepreneurs-2022_e9073a0f-en.

_____. **Roadmap for the OECD accession process of Brazil**. [s.l.]: OECD, 10 June 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/roadmap-oecd-accession-process-brazil-en.pdf/view>.

_____. **OECD economic surveys:** Brazil. Paris: OECD Publishing, Dec. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a2d6acac-en>.

RAMOS, R. A.; RANIERI, R. **Inclusive growth:** building up a concept. Brasília: IPC-IG, 2013. (Working Paper, n. 104). Disponível em: <https://www.ipc-undp.org/sites/default/files/pub/en/IPCWorkingPaper104.pdf>.

RAMOS, R. A.; RANIERI, R.; LAMMENS, J.-W. **Mapping inclusive growth**. Brasília: IPC-IG, 2013. (Working Paper, n. 105). Disponível em: <https://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper105.pdf>.

RAUNIYAR, G. P.; KANBUR, R. **Inclusive development:** two papers on conceptualization, application, and the ADB perspective. New York: Cornell University, 2010. (Working Paper). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46471863_Inclusive_Development_Two_Papers_on_Conceptualization_Application_and_the_ADB_Perspective.

RUIZ, N.; WOLOSZKO, N. **What do household surveys suggest about the top 1% incomes and inequality in OECD countries?** Paris: OECD, 2016. (Working Papers, n. 1265). Disponível em: www.oecd-ilibrary.org/what-do-household-surveys-suggest-about-the-top-1-incomes-and-inequality-in-oecd-countries_5jrs556f36zt.pdf?itemId=%2Fcontent%2Fpaper%2F5jrs556f36zt-en&mimeType=pdf.

SOUZA, P. H. G. F. de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil – 1926-2013. 1. ed. São Paulo: Anpocs; Hucitec, 2018.

UNECE – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Canberra Group handbook on household income statistics**. 2nd ed. Geneva: UN, 2011. Disponível em: https://unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra_Handbook_2011_WEB.pdf.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **International Standard Classification of Education**: Isced 2011. Montreal: UIS/UNESCO, 2012. Disponível em: <https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-standard-classification-of-education-isced-2011-en.pdf>.